

# COVID-19

## Manual de Apoio

---

**Medidas e Orientações Nacionais  
e Municipais**



**Oliveira  
do Bairro**

NO CORAÇÃO DA BAIRRADA

“Há uma altura na vida em que tudo parece estável e que o sofrimento é um cenário longínquo, mas, de um momento para o outro, tudo muda e é preciso recomeçar tudo outra vez, nós não estamos poupados. É preciso que a esperança vença o poder do desconhecido, do medo e da emergência, e que saibamos ser novamente comunidade”

A handwritten signature in black ink, reading 'Lília Ana Águas'. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Lília' being the most prominent part.

Vereadora Lília Ana Águas

## PREÂMBULO

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Por Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março, consideradas, em articulação com o Governo, as posições da Autoridade de Saúde Nacional e ouvido o Conselho de Estado, foi declarado o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, que abrange todo o território nacional.

O estado de emergência, como menciona o artigo 3º do supramencionado Diploma Legal tem a duração de 15 dias, iniciando-se às 0:00 horas do dia 19 de março de 2020 e cessando às 23:59 horas do dia 2 de abril de 2020, sem prejuízo de eventuais renovações, nos termos da lei.

Para regulamentar o estado de emergência, vários outros diplomas legais têm dado entrada no nosso ordenamento jurídico, de forma quase diária, abrangendo vários elencos setoriais.

O presente manual, do Município de Oliveira do Bairro, visa, assim, dar conhecimento a todos os munícipes, de forma clara e sintética, do impacto da legislação no seu quotidiano, pretendendo esclarecer o mais possível essas mesmas alterações.

Com base na informação que tem sido veiculada no *site* <https://covid19estamoson.gov.pt/>, lançado pelo Governo, com «*o objetivo de apresentar numa plataforma única todas as informações relevantes sobre as medidas de prevenção e contenção do novo coronavírus*», elencamos, nas páginas subsequentes, por setor, toda a informação tida como relevante.

O presente manual não dispensa a consulta de legislação atualizada, no *site* do Diário da República Eletrónico. Mais se informa que no mencionado *site*, existe um separador a vermelho, na coluna lateral esquerda, com a epígrafe «*Legislação Covid-19*», que disponibiliza os diplomas legais, ou por consulta por área temática, ou por ordem cronológica.

Vai ficar tudo bem!

## **SETORES**

### **A DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

1. O que significa o estado de emergência?
2. Que medidas são impostas?
3. Encerramento de instalações e estabelecimentos
4. Estabelecimentos que permanecem abertos

### **ADMINISTRAÇÃO INTERNA E PROTEÇÃO CIVIL**

1. Situação de alerta em todo o território nacional
2. Situação de Calamidade no Município de Ovar
3. Controlo de Fronteiras

### **AGRICULTURA**

1. Linhas gerais de Apoio
2. Medidas Económicas Covid 19

### **AMBIENTE**

1. Gestão de Resíduos
2. Gestão Energética
3. Gestão e abastecimento de Água
4. Saneamento de Águas Residuais Urbanas

### **ARRENDAMENTO**

1. Medidas excecionais e temporárias
2. Regime extraordinário e transitório de proteção dos arrendatários
3. Regime de Proteção de outras formas de exploração de imóveis

### **BANCA**

1. Pagamentos com cartão
2. Proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social

## **CULTURA**

1. Encerramento de monumentos, palácios, museus e teatros
2. Apoio à cultura
3. Medidas excepcionais de proteção relativas a espetáculos não realizados

## **DEFESA NACIONAL**

1. Considerações gerais
2. Medidas Adicionais

## **EDUCAÇÃO**

1. Escolas
2. Apoio às famílias
3. Ensino Superior

## **EMPRESAS**

1. Linhas de crédito
2. Garantias
3. Incentivos PT2020
4. Fiscalidade
5. Medidas excepcionais e temporárias de proteção dos postos de trabalho
6. Setor Bancário

## **INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS DE TRANSPORTE**

1. Considerações gerais
2. Questões práticas

## **INSTITUIÇÕES, RESPOSTAS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL**

1. Questões práticas
2. Suspensão das visitas a instituições nas quais residam pessoas idosas
3. Suspensão de atividades
4. Orientações
5. Recomendação para a admissão de novos residentes/utentes
6. Respostas de emergência para equipamentos sociais e de saúde

## **JUSTIÇA**

1. Suspensão de prazos e diligências
2. Justo impedimento, justificação de faltas e adiamento de diligências
3. Encerramento de instalações e suspensão de atendimento presencial
4. Polícia Judiciária, PGR e Provedoria da Justiça
5. Recomendações gerais
6. Instituto dos Registos e Notariado
7. Estabelecimentos Prisionais

## **MAR**

1. Pesca e Aquicultura
2. Segurança Marítima

## **PODER LOCAL**

1. Linha de contacto e orientações
2. Reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais
3. Aprovação de contas

## **SAÚDE**

1. *Site* para informação e atualização dos cidadãos
2. Medidas relativas ao funcionamento do SNS

## **SERVIÇOS PÚBLICOS**

1. Funcionamento dos serviços essenciais
2. Renovação de documentos que expiraram recentemente ou vão expirar

## **TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

1. Teletrabalho
2. Isolamento Profilático
3. Subsídio de Doença
4. Subsídios de assistência a filho e a neto
5. Direitos no contexto da suspensão de atividades letivas e não letivas
6. Garantias para trabalhadores de serviços essenciais
7. Medidas de apoio aos trabalhadores independentes

## **MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO**

1. Elaboração de Plano de Contingência
2. Atividades do município canceladas/adiadas
3. Medidas Adicionais de carácter preventivo – COVID 19 – Município de Oliveira do Bairro
4. Criação de Programa de Apoio Social Excecional e Temporário
5. Campanha de divulgação do Programa de Apoio Social Excecional e Temporário
6. Apelo à inscrição de voluntários
7. Criação de materiais didáticos e divulgação de materiais
8. Encerramento de cemitérios
9. Declaração da situação de Alerta Municipal e ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
10. Criação do Grupo de Crise COVID-19
11. Aquisição de testes de deteção COVID-19
12. Entrega de materiais nas IPSS's
13. Campanha de sensibilização para a criação de Bolsa de Disponíveis
14. Fundo de Emergência Social Municipal
15. Atividades/Serviços Desenvolvidas pela Biblioteca

### **ANEXOS**

#### **ADENDA Nº1**

#### **ADENDA Nº2**

## A DECLARAÇÃO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA

---

O Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Presidente da República.

### **1. O que significa o estado de emergência?**

Ficam suspensos alguns direitos, com a exclusiva finalidade de adotar as medidas necessárias para a proteção da saúde pública, no contexto da pandemia COVID-19. Trata-se de um regime excecional, previsto na Constituição.

### **2. Que medidas são impostas?**

Ressaltam-se, sobretudo, três deveres, para públicos-alvo distintos: dever de confinamento obrigatório, dever especial de proteção e dever geral de recolhimento domiciliário.

#### **2.1.O que significa «confinamento obrigatório» e a quem se destina?**

O dever de confinamento obrigatório significa que não podem sair, sob pretexto algum, do respetivo domicílio ou de estabelecimento de saúde, as seguintes pessoas:

- Os doentes com COVID-19 e os infetados com SARS-Cov2;
- Os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado a vigilância ativa.

#### **2.2. Em que consiste o «dever especial de proteção» e a quem se destina?**

O dever especial de proteção consiste em identificar sujeitos que carecem de especial proteção, como é o caso dos maiores de 70 anos e dos imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos.

Para estes cidadãos, a circulação só pode ser justificada para as seguintes finalidades:

- a) Aquisição de bens e serviços;
- b) Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde;

- c) Deslocação a estações e postos de correio, agências bancárias e agências de corretores de seguros ou seguradoras;
- d) Deslocações de curta duração para efeitos de atividade física, sendo proibido o exercício de atividade física coletiva;
- e) Deslocações de curta duração para efeitos de passeio dos animais de companhia;
- f) Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

Salvo em situação de baixa médica, os cidadãos imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos, podem circular para o exercício da atividade profissional.

### **2.3. O que significa o «dever geral de recolhimento domiciliário» e a quem se destina?**

Significa que os cidadãos que não estão abrangidos nas situações anteriores, devem permanecer em casa, salvo deslocações devidamente justificadas para as seguintes finalidades:

- a) Aquisição de bens e serviços;
- b) Deslocação para efeitos de desempenho de atividades profissionais ou equiparadas;
- c) Procura de trabalho ou resposta a uma oferta de trabalho;
- d) Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde e transporte de pessoas a quem devam ser administrados tais cuidados ou dádiva de sangue;
- e) Deslocações para acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica ou tráfico de seres humanos, bem como de crianças e jovens em risco, por aplicação de medida decretada por autoridade judicial ou Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em casa de acolhimento residencial ou familiar;
- f) Deslocações para assistência de pessoas vulneráveis, pessoas com deficiência, filhos, progenitores, idosos ou dependentes;
- g) Deslocações para acompanhamento de menores;

- h) Em deslocações de curta duração, para efeitos de fruição de momentos ao ar livre;
- i) Para frequência dos estabelecimentos escolares, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º10-A/2020, de 13 de março;
- j) Deslocações de curta duração para efeitos de atividade física, sendo proibido o exercício de atividade física coletiva;
- k) Deslocações para participação em ações de voluntariado social;
- l) Deslocações por outras razões familiares imperativas, designadamente o cumprimento de partilha de responsabilidades parentais, conforme determinada por acordo entre os titulares das mesmas ou pelo tribunal competente;
- m) Deslocações para visitas, quando autorizadas, ou entrega de bens essenciais a pessoas incapacitadas ou privadas de liberdade de circulação;
- n) Participação em atos processuais junto das entidades judiciárias;
- o) Deslocação a estações e postos de correio, agências bancárias e agências de corretores de seguros ou seguradoras;
- p) Deslocações de curta duração para efeitos de passeio dos animais de companhia e para alimentação de animais;
- q) Deslocações de médicos-veterinários, de detentores de animais para assistência médico-veterinária, de cuidadores de colónias reconhecidas pelos municípios, de voluntários de associações zoófilas com animais a cargo que necessitem de se deslocar aos abrigos de animais e de equipas de resgate de animais;
- r) Deslocações por parte de pessoas portadoras de livre-trânsito, emitido nos termos legais, no exercício das respetivas funções ou por causa delas;
- s) Deslocações por parte de pessoal das missões diplomáticas, consulares e das organizações internacionais localizadas em Portugal, desde que relacionadas com o desempenho de funções oficiais;
- t) Deslocações necessárias ao exercício da liberdade de imprensa;
- u) Retorno ao domicílio pessoal;

v) Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

### **3. Encerramento de instalações e estabelecimentos:**

Encerram os seguintes estabelecimentos:

**[Anexo I do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março]**

#### ***Atividades recreativas, de lazer e diversão:***

*Discotecas, bares e salões de dança ou de festa;*

*Circos;*

*Parques de diversões e parques recreativos para crianças e similares;*

*Parques aquáticos e jardins zoológicos, sem prejuízo do acesso dos trabalhadores para efeitos de cuidado dos animais;*

*Quaisquer locais destinados a práticas desportivas de lazer;*

*Outros locais ou instalações semelhantes às anteriores.*

#### ***Atividades culturais e artísticas:***

*Auditórios, cinemas, teatros e salas de concertos;*

*Museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos ou similares (centros interpretativos, grutas, etc.), nacionais, regionais e municipais, públicos ou privados, sem prejuízo do acesso dos trabalhadores para efeitos de conservação e segurança;*

*Bibliotecas e arquivos;*

*Praças, locais e instalações tauromáquicas;*

*Galerias de arte e salas de exposições;*

*Pavilhões de congressos, salas polivalentes, salas de conferências e pavilhões multiúso.*

#### ***Atividades desportivas, salvo as destinadas à atividade dos atletas de alto rendimento:***

*Campos de futebol, rugby e similares;*

*Pavilhões ou recintos fechados;*

*Pavilhões de futsal, basquetebol, andebol, voleibol, hóquei em patins e similares;*

*Campos de tiro;*

*Courts de ténis, padel e similares;*

*Pistas de patinagem, hóquei no gelo e similares;*

*Piscinas;*

*Ringues de boxe, artes marciais e similares;*

*Circuitos permanentes de motos, automóveis e similares;*

*Velódromos;*

*Hipódromos e pistas similares;*  
*Pavilhões polidesportivos;*  
*Ginásios e academias;*  
*Pistas de atletismo;*  
*Estádios.*

***Atividades em espaços abertos, espaços e vias públicas, ou espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas:***

*Pistas de ciclismo, motociclismo, automobilismo e rotas similares, salvo as destinadas à atividade dos atletas de alto rendimento;*  
*Provas e exposições náuticas;*  
*Provas e exposições aeronáuticas;*  
*Desfiles e festas populares ou manifestações folclóricas ou outras de qualquer natureza.*

***Espaços de jogos e apostas:***

*Casinos;*  
*Estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, como bingos ou similares;*  
*Salões de jogos e salões recreativos.*

***Atividades de restauração:***

*Restaurantes e similares, cafeterias, casas de chá e afins, com as devidas exceções;*  
*Bares e afins;*  
*Bares e restaurantes de hotel, exceto quanto a estes últimos para efeitos de entrega de refeições aos hóspedes;*  
*Esplanadas;*  
*Máquinas de vending.*

***Termas e spas ou estabelecimentos afins.***

**4. Estabelecimentos que permanecem abertos**

Permanecem abertos, por disponibilizarem bens de primeira necessidade ou outros bens considerados essenciais os seguintes estabelecimentos:

**[Anexo II do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março]**

*Minimercados, supermercados, hipermercados;*  
*Frutarias, talhos, peixarias, padarias;*  
*Mercados, nos casos de venda de produtos alimentares;*  
*Produção e distribuição agroalimentar;*  
*Lotas;*

*Restauração e bebidas, nos termos do decreto;*

*Confeção de refeições prontas a levar para casa, nos termos do decreto;*

*Serviços médicos ou outros serviços de saúde e apoio social;*

*Farmácias e locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica;*

*Estabelecimentos de produtos médicos e ortopédicos;*

*Oculistas;*

*Estabelecimentos de produtos cosméticos e de higiene;*

*Estabelecimentos de produtos naturais e dietéticos;*

*Serviços públicos essenciais e respetiva reparação e manutenção (água, energia elétrica, gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais, serviços de recolha e tratamento de efluentes, serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos e de higiene urbana e serviço de transporte de passageiros);*

*Papelarias e tabacarias (jornais, tabaco);*

*Jogos sociais;*

*Clínicas veterinárias;*

*Estabelecimentos de venda de animais de companhia e respetivos alimentos;*

*Estabelecimentos de venda de flores, plantas, sementes e fertilizantes;*

*Estabelecimentos de lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles;*

*Drogarias;*

*Lojas de ferragens e estabelecimentos de venda de material de bricolage;*

*Postos de abastecimento de combustível;*

*Estabelecimentos de venda de combustíveis para uso doméstico;*

*Estabelecimentos de manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos, tratores e máquinas agrícolas, bem como venda de peças e acessórios e serviços de reboque;*

*Estabelecimentos de venda e reparação de eletrodomésticos, equipamento informático e de comunicações e respetiva reparação;*

*Serviços bancários, financeiros e seguros;*

*Atividades funerárias e conexas;*

*Serviços de manutenção e reparações ao domicílio;*

*Serviços de segurança ou de vigilância ao domicílio;*

*Atividades de limpeza, desinfeção, desratização e similares;*

*Serviços de entrega ao domicílio;*

*Estabelecimentos turísticos, exceto parques de campismo, podendo aqueles prestar serviços de restauração e bebidas no próprio estabelecimento exclusivamente para os respetivos hóspedes;*

*Serviços que garantam alojamento estudantil.*

*Atividades e estabelecimentos enunciados nos números anteriores, ainda que integrados em centros comerciais.*

## **ADMINISTRAÇÃO INTERNA E PROTEÇÃO CIVIL**

---

### **1. Situação de alerta em todo o território nacional:**

Por **Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março** do ano corrente, anterior ao decretamento do Estado de Emergência Nacional, por Ministério da Administração Interna e pelo Ministério da Saúde, foi **declarada a situação de alerta em todo o território nacional**, até ao dia 9 de abril, podendo ser prorrogada em função da evolução da situação epidemiológica.

#### **1.1. De que resulta a situação de alerta?**

A Declaração de Situação de Alerta resulta dos seguintes fatores:

- A situação epidemiológica a nível mundial;
- O aumento dos casos de infeção em Portugal, com o alargamento progressivo da sua expressão geográfica;
- A necessidade de conter as possíveis linhas de contágio para controlar a situação epidemiológica em Portugal.

#### **1.2. Que implicações tem a situação de alerta?**

Da leitura conjugada do Despacho n.º 3298-B/2020 de 13 de março e do Despacho n.º 3301-D/2020, de 15 de março, que estabelece medidas adicionais, de natureza excecional, resulta o seguinte:

- Aumento do estado de prontidão das forças e serviços de segurança e de todos os agentes de proteção civil, com reforço de meios para eventuais operações de apoio na área da saúde pública;
- Interdição da realização de eventos, reuniões ou ajuntamento de pessoas, independentemente do motivo ou natureza, com 100 ou mais pessoas;

- Suspensão do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança;
- Proibição do consumo de bebidas alcoólicas em espaços ao ar livre de acesso público, excetuando-se as áreas exteriores dos estabelecimentos de restauração e bebidas, devidamente licenciados para o efeito;
- Suspensão dos serviços regulares, dos serviços regulares especializados e dos serviços ocasionais de transporte internacional de passageiros, à exceção das excursões efetuadas por cidadãos nacionais ou dos titulares de autorização de residência em Portugal que tenham saído do País e que pretendam regressar;
- Suspensão do ensino da condução, da atividade de formação presencial de certificação de profissionais e da realização de provas no âmbito da condução, nos termos definidos no despacho do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas;
- Acompanhamento da situação por uma subcomissão, no âmbito da Comissão Nacional de Proteção Civil, em regime de permanência, enquanto estrutura responsável pela recolha e tratamento da informação relativa ao surto epidémico em curso, garantindo uma permanente monitorização da situação;
- Ativação do sistema de avisos à população pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- As comissões municipais e os centros de coordenação operacional distrital de proteção civil monitorizam a situação nas suas áreas de competência territorial, devendo informar prontamente o Centro de Coordenação Operacional Nacional;
- Durante o período de vigência da Declaração de Alerta, os cidadãos e as demais entidades têm, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e na pronta satisfação de solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes.

### 1.3. «Dever recai sobre todos os cidadãos»:

#### 1.3.1. O que acontece se violarmos o dever de colaboração?

· A desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes constituem crime de desobediência.

#### 1.3.2. Qual é a moldura penal do crime de desobediência?

##### **Artigo 348º Código Penal - Desobediência**

*1 - Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade ou funcionário competente, é **punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias** se:*

*a) Uma disposição legal cominar, no caso, a punição da desobediência simples; ou  
b) Na ausência de disposição legal, a autoridade ou o funcionário fizerem a correspondente cominação.*

*2 - A pena é de prisão até 2 anos ou de multa até 240 dias nos casos em que uma disposição legal cominar a punição da desobediência qualificada.*

### 2. Situação de Calamidade no município de Ovar:

Por **Despacho n.º 3372-C/2020, de 17 de março**, foi reconhecida a necessidade da declaração da situação de calamidade no município de Ovar e, em consonância, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-D/2020, de 19 de março declara a **situação de calamidade no município de Ovar**, na sequência da situação epidemiológica da Covid-19, que vigora desde 17 de março até 2 de abril de 2020, sem prejuízo de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justificar.

#### 2.1. O que significa?

· É proibida a circulação e permanência de pessoas na via pública, exceto para as seguintes situações:

- Venda e aquisição de bens alimentares ou farmacêuticos;
- Acesso a unidades de cuidados de saúde;
- Acesso ao local de trabalho, situado no município;
- Assistência e cuidado a idosos, dependentes e pessoas especialmente vulneráveis.

· São encerrados todos os serviços públicos nacionais ou municipais, exceto:

- Hospitais e centros de saúde;
- Forças e serviços de segurança;
- Serviços de socorro;
- Comunicações;
- Abastecimento de água e energia.

· São encerrados todos os estabelecimentos comerciais, exceto:

- Os estabelecimentos do setor alimentar;
- Farmácias;
- Bancos;
- Postos de abastecimento de combustíveis.

## **2.2. É fixada uma cerca sanitária municipal. O que implica uma cerca sanitária?**

· Implica a interdição das deslocações por via rodoviária de e para o município de Ovar, com exceção das deslocalizações:

- Para profissionais de saúde, das forças de segurança e serviços de socorro;
- De regresso ao local de residência habitual;
- Para abastecimento do comércio alimentar e farmacêutico, de combustíveis e de outros bens essenciais;
- Justificadas por razões de urgência, devidamente fundamentada.

· É proibida a tomada e largada de passageiros do transporte ferroviário nas estações e apeadeiros do município de Ovar.

· Os bombeiros que sejam comprovadamente chamados, pelo respetivo corpo de bombeiros, a prestar socorro ou transporte no âmbito da situação epidémica de COVID-19 gozam do regime excecional de dispensa de serviço aplicado durante o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (artigos 26.º-A e 26.º-B do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual).

## **2.3. Estão previstas outras medidas destinadas aos corpos de bombeiros?**

· No âmbito da situação epidémica de COVID-19 vão ser criados:

- Um dispositivo especial de reforço à habitual capacidade de resposta operacional dos corpos de bombeiros a situações de socorro e transporte de doentes;
- Uma reserva nacional de equipamentos de proteção individual para a emergência médica, destinados a corpos de bombeiros e a constituir pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.
- Ainda, a propósito da suspensão das atividades letivas, estão previstas medidas para apoiar os bombeiros com filhos ou outros dependentes a seu cargo, sendo que, em cada agrupamento de escolas foi identificado um estabelecimento de ensino que promove o acolhimento dos filhos ou outros dependentes a cargo dos profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo bombeiros voluntários, cuja mobilização para o serviço ou prontidão obste a que prestem assistência aos mesmos.

### **3. Controlo de fronteiras – quais são as restrições?**

#### **3.1. Estão interditados os desembarques e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro, por Despacho n.º 3298-C/2020, de 13 de março.**

##### **3.1.1. A quem se aplica?**

Aplica-se a todas as pessoas menos aos cidadãos portugueses ou aos titulares de autorização de residência em Portugal. Em casos excecionais e mediante autorização da autoridade de saúde é permitido o desembarque de qualquer pessoa.

##### **3.1.2. Esta interdição vigora até quando?**

Até dia 9 de abril, podendo ser prorrogada, se necessário.

#### **3.2. Foi reposto o controlo documental de pessoas, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020, de 16 de março.**

##### **3.2.1. A que fronteiras se aplica?**

Aplica-se às fronteiras internas portuguesas.

##### **3.2.2. Este controlo vigora até quando?**

Vigora entre as 23:00 horas de 16 de março e as 00:00 horas do dia 15 de abril de 2020, podendo ser prorrogado, se necessário.

#### **3.3. Foram reintroduzidos os controlos na fronteira interna entre Portugal e Espanha, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020, de 16 de março.**

### **3.3.1. O que implica?**

- A suspensão de todos os voos com origem de Espanha ou destino para Espanha, com destino ou partida dos aeroportos ou aeródromos portugueses, com exceção das aeronaves do Estado, das Forças Armadas, voos para transporte de carga e correio, bem como voos de caráter humanitário ou de emergência médica e a escalas técnicas para fins não comerciais;
- A proibição da circulação rodoviária, nas fronteiras internas terrestres, com exceção do transporte internacional de mercadorias, do transporte de trabalhadores transfronteiriços e da circulação de veículos de emergência e socorro e de serviço de urgência;
- A suspensão da circulação e transporte ferroviário e fluvial, exceto para o transporte de mercadorias;
- A suspensão da concessão de licenças para vir a terra a tripulantes de embarcações nos portos nacionais, sem prejuízo de, caso a caso, e mediante parecer da Autoridade de Saúde, poder ser autorizada a troca de tripulações ou o desembarque para efeitos de regresso ao país de origem.

### **3.3.2. Este controlo vigora até quando?**

Vigora entre as 23:00 horas de 16 de março e as 00:00 horas do dia 15 de abril de 2020, podendo ser prorrogado, se necessário.

### **3.3.3. Questões práticas:**

**a) Sou cidadão português / titular de autorização de residência. Não posso voltar a Portugal vindo de Espanha?**

Pode. Os cidadãos nacionais e os titulares de autorização de residência nos respetivos países não são abrangidos pelos condicionalismos do controlo de fronteiras.

**b) Sou português e tenho de aceder a unidade de saúde em Espanha. Como faço?**

Desde que esse acesso esteja previsto em acordo bilateral relativo à prestação de cuidados de saúde, o acesso à unidade de saúde não é restringido.

**c) Sou espanhol e tenho de aceder a unidade de saúde em Portugal. Como faço?**

Desde que esse acesso esteja previsto em acordo bilateral relativo à prestação de cuidados de saúde, o acesso à unidade de saúde não é restringido.

**d) Estou em Portugal e quero juntar-me com a minha família, em Espanha, numa reunião familiar. Como devo proceder?**

É permitida a circulação para efeitos de reunião familiar de cônjuges ou equiparados (ex: unidos de facto) e familiares até ao 1.º grau na linha reta (ou seja, pais e filhos). Esta circulação é, porém, apenas para casos excecionais.

**e) Estou em Espanha e quero juntar-me com a minha família, em Portugal, numa reunião familiar. Como devo proceder?**

É permitida a circulação para efeitos de reunião familiar de cônjuges ou equiparados (ex: unidos de facto) e familiares até ao 1.º grau na linha reta (ou seja, pais e filhos). Esta circulação é, porém, apenas para casos excecionais.

**3.4. Quais são os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre?**

- Valença-Viana do Castelo, saída da Ponte Tuy-Valença-ligação IP 1-A 3, em Valença;
- Vila Verde da Raia-Chaves, saída da A 52, ligação com a A 24, km 0, junto à rotunda;
- Quintanilha-Bragança, saída da Ponte Internacional IP 4/E 82, nó de saída para Quintanilha ou junto das instalações do CCPA na N 218-1 Quintanilha;
- Vilar Formoso-Guarda junto da linha de fronteira, Largo da Fronteira, junto ao CCPA, N 16/E 80, ligação 620 Fuentes de Ōnoro, Espanha, incluindo o acesso pelo Parque TIR, via camiões, N 16, Vilar Formoso;
- Termas de Monfortinho-Castelo Branco, entroncamento da N 239 com a N 240 em Termas de Monfortinho;
- Marvão-Portalegre, linha de fronteira, Marvão, N 521 ligação de Valência de Alcântara à IC 13 Marvão;
- Caia-Elvas, saída da A 6, km 158, ligação Caia-Elvas, junto ao Posto de Turismo, Elvas;
- Vila Verde de Ficalho-Beja, junto da linha de fronteira, ligação A 495 Rosal de la Frontera ao IP 8, Serpa;
- Castro Marim-Praça da Fronteira, km 131 da A 22, Ponte Internacional do Guadiana-Castro Marim.

**Nota: Os condicionalismos do controlo de fronteiras não se aplicam à circulação do pessoal diplomático, das Forças Armadas e das forças e serviços de segurança.**

**3.5. Foram encerradas as fronteiras aéreas com Itália, por Despacho n.º 3186-D/2020, de 10 de março.**

### **3.5.1. O que significa?**

Todos os voos de todas as companhias aéreas, comerciais ou privados, com origem de Itália ou destino para Itália, com destino ou partida dos aeroportos ou aeródromos de portugueses estão suspensos.

A suspensão não se aplica:

- A aeronaves do Estado;
- A voos para transporte exclusivo de carga e correio;
- A voos de carácter humanitário ou de emergência médica;
- A escalas técnicas para fins não comerciais.

### **3.5.2. A suspensão vigora até quando?**

Vigora desde 11 de março por um período de 28 dias.

## **3.6. Foram aprovadas restrições relativas às fronteiras aéreas, Despacho n.º 3427-A/2020, de 18 de março.**

### **3.6.1. O que significa?**

Portugal suspenderá as ligações aéreas de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia.

### **3.6.2. Há exceções?**

Sim, devido à comunidade portuguesa presente nos seguintes países que não pertencem à União Europeia:

- Reino Unido
- Noruega
- Islândia
- Liechtenstein
- Suíça
- Canadá
- Estados Unidos da América
- Venezuela
- África do Sul
- Todos os países de língua oficial portuguesa.

### **3.6.3. Há restrições entre Estados membros da União Europeia?**

Não, exceto com Itália e Espanha.

### 3.6.4. Estas restrições vigoram até quando?

Vigoram desde as 24h do dia 18 de março durante 30 dias.

## AGRICULTURA

---

### 1. Linhas gerais de apoio:

- Setor do agroalimentar com acesso à linha de crédito Capitalizar 2018 | COVID-19 para fazer face às necessidades de fundo de maneio e de tesouraria;
- As operações de crédito concedidas neste âmbito beneficiam de uma garantia até 80% do capital em dívida, sendo a comissão de garantia integralmente bonificada;
- Agilização da liquidação de pagamentos das medidas do PDR2020 Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros e Programas Operacionais Frutas e Hortícolas;
- Elegíveis para reembolso as despesas suportadas pelos beneficiários do Portugal 2020 em ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19;
- Aumento de 250 milhões de euros para 300 milhões de euros, para o *plafond* da linha de seguro de crédito à exportação de curto prazo com garantias de Estado;
- Prorrogação do prazo para submissão de candidaturas no âmbito de Pedido Único 2020;
- Os prazos de execução física e financeira dos projetos, cuja data-limite para fim de investimento ocorra entre 1 de março e 15 de junho de 2020, serão automaticamente prorrogados por três meses;
- Autorização para apresentação para maior número de pagamentos intercalares com faseamento da submissão da despesa e respetivo reembolso;
- Constituído grupo para acompanhamento do funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar;
- Os prazos para submissão das candidaturas, no âmbito de anúncios em curso, cuja fixação do prazo é da competência da Gestora do PDR 2020, são prorrogados por 30 dias;

**Nota: O gabinete da Ministra da Agricultura disponibiliza um endereço de *e-mail* para facilitar o contacto de apoio ao setor: [agricultura.covid19@ma.gov.pt](mailto:agricultura.covid19@ma.gov.pt);**

### 2. Medidas Económicas Covid 19

## **2.1.PDR2020**

**2.1.1.** Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento no âmbito da medida do PDR2020, com regularização posterior.

**2.1.2.** São elegíveis para reembolso as despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com a COVID-19, previstas em projetos aprovados pelo PDR 2020.

**2.1.3.** Os prazos de execução contratualmente definidos para finalizar a execução física e financeira dos projetos, cuja data-limite para fim de investimento ocorra entre 1 de março e 15 de junho de 2020, são automaticamente prorrogados por três meses.

**2.1.4.** Os prazos de submissão das candidaturas, no âmbito de anúncios em curso, são prorrogados por 30 dias.

**2.1.5.** Autorização para apresentação de pagamentos intercalares com faseamento da submissão da despesa e respetivo reembolso, sem observância do número máximo de pedidos previsto na regulamentação específica.

**2.1.6.** Prorrogação por 3 meses dos prazos para conclusão de projetos e submissão de pedidos de pagamento

## **2.2. Setor da Vinha e do Vinho**

### **2.2.1** Apoio à promoção de vinhos em países terceiros:

- Elegibilidade das despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários, em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com a COVID-19;
- Não penalização dos projetos que, devido aos impactos negativos decorrentes da COVID-19, não atinjam o orçamento ou a taxa de execução financeira previstos;
- Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento, quando aplicável;
- Prorrogação do prazo-limite para entrega do relatório de execução final e do pedido de pagamento (Concurso 1/2019), de 30 de março para 30 de junho.

### **2.2.2** Apoios à Promoção do Vinho e Produtos Vínicos no Mercado Interno:

- Elegibilidade das despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários, em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com a COVID-19.

- Não penalização dos projetos que, devido aos impactos negativos decorrentes da COVID-19, não atinjam o orçamento ou a taxa de execução financeira previstos.
- Flexibilização de prazos.

### **2.3. Setor das frutas e hortícolas**

- Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento, no âmbito dos Programas Operacionais Frutas e Hortícolas;
- Alargamento de prazos no âmbito da apresentação de relatórios relativos ao reconhecimento de Organizações de Produtores (OP), para 15 de junho.

### **2.4. Outras medidas IFAP [Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas]**

- Pedido Único: Prolongamento do prazo para submissão de candidaturas no âmbito do PU2020 até 15 de junho;
- Flexibilização temporária das comunicações ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA);
- Alargamento de prazos no âmbito do Regime Escolar (ajuda concedida no âmbito da distribuição gratuita de fruta e leite escolar).

### **2.5. Outras medidas horizontais (setor agroalimentar):**

- 2.5.1.** Adiamento do prazo legal para realização das assembleias gerais das sociedades comerciais, das associações ou das cooperativas até 30 de junho de 2020.

**Nota: Os empresários e as empresas do setor podem contar ainda com as medidas de natureza fiscal e contributiva, bem como com os apoios da Segurança Social a trabalhadores e empregadores, divulgados pelas respetivas áreas governativas.**

## **AMBIENTE**

---

### **1. Gestão de Resíduos:**

- 1.1.** Por **Despacho n.º 3547-A/2020 de 22 de março de 2020**, de forma a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de gestão de resíduos urbanos em alta e em baixa, devem as entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, intermunicipal ou municipal, independentemente da sua natureza, e sem prejuízo das diretivas, recomendações e regulamentos emanados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e

Resíduos e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., ao abrigo de legislação própria, definir as equipas necessárias para garantir as seguintes atividades:

- Exploração dos sistemas de gestão de resíduos urbanos;
- Operação, manutenção e reparação de avarias;
- Aferição da necessidade de redefinição dos locais de entrega em alta dos resíduos urbanos indiferenciados;
- Reforço da periodicidade da recolha dos resíduos urbanos indiferenciados;
- Reforço da higienização e da desinfeção dos contentores de resíduos urbanos;
- Reforço do controlo da correta deposição dos resíduos urbanos em contentores e criação de piquetes de ação rápida para limpeza e remoção de resíduos urbanos;
- Atendimento ao público, em regime de teletrabalho, para reporte de situações que podem colocar em causa a saúde pública.

**1.2. Por Despacho nº3547-A/2020, de 22 de março de 2020**, a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., em articulação com a Direção-Geral da Saúde, deve identificar outros resíduos cuja gestão se revele imprescindível para a adequada proteção da saúde pública, com vista a preparar a determinação das áreas funcionais cuja laboração deva ser assegurada, para efeitos da definição das equipas e número de trabalhadores. Foram emitidas orientações relativas a:

- Gestão de **resíduos produzidos nos domicílios e outros alojamentos** onde haja casos suspeito (s) ou confirmado (s) de infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19);
- Gestão de **resíduos produzidos em empresas, hotéis e outros alojamentos com elevada concentração de pessoas, portos e aeroportos**, na situação de se estar perante caso (s) suspeito(s) ou confirmado(s) de infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19);
- **Operações de recolha e tratamento** de resíduos.

Estas orientações visam prevenir a disseminação da doença, garantindo a proteção da saúde pública, incluindo dos trabalhadores, assegurando a necessidade de uma gestão eficaz e eficiente dos resíduos, e podem ser consultadas no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente [<https://apambiente.pt/>].

### **1.3. Questões práticas:**

**a) Tenho um caso de infecção por COVID na minha casa, que cuidados devo adotar ao depositar o lixo nos contentores?**

Todos os resíduos produzidos em agregados familiares com casos de infecção ou suspeita de contaminação devem ser colocados no lixo comum, contudo, o saco do lixo não deve ser completamente cheio e deve ser colocado dentro de outro saco para maior isolamento.

**b) Como devo proceder com o lixo descartável potencialmente contaminado com gotículas?**

As luvas, máscaras e os lenços de papel (mesmo sem estarem contaminados) devem ser sempre colocados no lixo comum, e nunca, mas nunca, no ecoponto ou na sanita.

**c) Tenho objetos de grande volume para recolha, como devo proceder?**

Neste momento não se deve deixar no exterior da casa móveis, colchões ou outros “objetos fora de uso”. Os serviços de recolha e higiene urbana precisam de racionar os seus recursos neste momento, por isso, pede-se a compreensão para a situação de emergência que o país atravessa, sendo que a recolha de “monos” nesta fase não é prioritária.

## **2.Gestão Energética:**

### **2.1. Considerações gerais**

- Os serviços de fornecimento de eletricidade, de gás natural e de gases de petróleo liquefeito (GPL) canalizados são considerados serviços públicos essenciais, por isso, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos determinou que estes serviços só podem ser interrompidos após pré-aviso adequado, salvo caso fortuito ou de força maior;
- A regulamentação da eletricidade e do gás natural prevê que a interrupção do fornecimento por facto imputável ao cliente só pode ter lugar após pré-aviso, por escrito, com uma antecedência mínima de 20 dias relativamente à data em que irá ocorrer, salvo nos casos em que a interrupção deva ser imediata;
- Face aos planos de contingência adotados pelos prestadores dos serviços públicos essenciais e atendendo às possíveis dificuldades de pagamento motivadas por isolamento, falta de acesso a meios alternativos de pagamento a partir de casa ou por uma perda abrupta e inesperada de rendimento por parte dos consumidores, a ERSE determinou que o prazo de pré-aviso de

interrupção de fornecimento para os clientes domésticos (em Baixa Tensão Normal) fosse alargado por 30 dias adicionais;

- A ERSE [Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos] estabeleceu regras excecionais relativamente ao pagamento fracionado de dívidas geradas neste período excecional de 30 dias, que pode vir a ser prorrogado;

- Os consumidores que, por dificuldade de pagamento, gerem dívidas em relação aos seus fornecedores de energia, podem pedir o pagamento fracionado das mesmas, não havendo lugar à cobrança de juros de mora por parte das empresas durante um período de 30 dias;

- A ERSE determinou ainda que os operadores de rede devem dar prioridade, nas suas ações para garantir o fornecimento de energia, às instalações prioritárias, em particular, hospitais e demais instalações de saúde, incluindo as instalações que sejam mobilizadas para esse regime com carácter excecional, bem como instalações de segurança pública e de proteção civil;

- **Por Despacho n.º3547-A/2020, de 22 de março**, com vista a assegurar a manutenção e o funcionamento da **Rede Estratégica de Postos de Abastecimento (REPA) de combustível e a gestão das reservas de emergência do Estado Português**, devem manter-se em laboração e funcionamento:

- Refinaria de Sines;
- Refinaria de Matosinhos;
- CLC – Aveiras de Cima (incluindo o oleoduto multiproduto);
- Ponto de descarga/armazenamento/expedição de granéis líquidos e gasosos;
- Instalações de armazenamento de produtos petrolíferos (combustíveis líquidos e GPL);
- Postos de abastecimento em território continental e ilhas da REPA (combustíveis e GPL);
- Postos de abastecimento de embarcações do continente e ilhas;
- Parques de armazenamento, enchimento e distribuição de garrafas de GPL;
- Empresas distribuidoras de combustíveis líquidos e gasosos;
- Empresas transportadoras de combustíveis líquidos e gasosos;
- Aeroportos internacionais (Lisboa, Porto e Faro);

- Centros de abastecimento de combustíveis nos aeroportos – GOC de Lisboa e Faro;
  - Aeródromos e heliportos (armazenagem de carburantes).
- Por **Despacho n.º3547-A/2020, de 22 de março**, com vista a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade do **serviço de distribuição de gás natural**, devem as entidades gestoras e as entidades concessionárias ou licenciadas definir as equipas necessárias, incluindo operadores, responsáveis de equipa, técnicos de operação e manutenção e outros elementos afetos à resposta em situação de emergência, para garantir as seguintes funções:
- Gestão e operação da rede nacional de distribuição de gás natural – centros de despacho;
  - Operação local e resposta a avarias e incidentes nas infraestruturas de distribuição de gás natural;
  - Assegurar a logística de abastecimento de gás natural liquefeito (GNL);
  - Assistência técnica a avarias em clientes;
  - Religações e ligações urgentes a clientes;
  - Ordens de serviço agendadas com clientes.
- Por **Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março**, com vista a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade dos **serviços de transporte de eletricidade, bem como dos serviços de transporte e armazenamento de gás natural, e dos serviços associados aos terminais de GNL**, devem as entidades gestoras e as entidades concessionárias definir as equipas necessárias, incluindo operadores, responsáveis de equipa, técnicos de operação e manutenção e outros elementos afetos à resposta em situação de emergência, para garantir as seguintes funções:
- Operação do Despacho Nacional da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade em Sacavém;
  - Operação do Centro de Operação da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade em Vermoim;
  - Operação local e resposta a avarias e incidentes nas infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade;
  - Operação do Despacho Nacional da Rede Nacional de Transporte e das Infraestruturas de Armazenamento de Gás Natural em Bucelas;

- Operação local e resposta a avarias e incidentes nas infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural;
  - Operação local e resposta a avarias e incidentes das infraestruturas de armazenamento subterrâneo de gás natural no Carriço;
  - Operação local e resposta a avarias e incidentes no Terminal de GNL em Sines;
  - Operação e resposta a avarias e incidentes dos sistemas de informáticos que suportam as atividades anteriores;
  - Manutenção de faixas de proteção e gestão de combustível em situações de risco iminente.
- **Por Despacho n.º3547-A/2020, de 22 de março**, com vista a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade do **serviço de distribuição de eletricidade devem os operadores das redes de distribuição**, municípios e entidades concessionárias para a distribuição em baixa tensão assegurar, no âmbito das suas responsabilidades, todas as medidas necessárias a garantir as regulares gestão, operação e manutenção das redes, a manutenção das linhas, dos postos de transformação e das instalações auxiliares, e definir as equipas necessárias, incluindo operadores, responsáveis de equipa, técnicos de operação e manutenção e outros elementos afetos à resposta em situação de emergência, para garantir as seguintes funções:
- Gestão e operação dos centros de despacho da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade;
  - Gestão e operação das infraestruturas da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade;
  - Resposta a avarias e incidentes nas infraestruturas da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade;
  - Reparação de avarias de iluminação pública alargadas;
  - Manutenção de faixas de proteção e gestão de combustível em situações de risco iminente;
  - Assistência técnica a avarias em clientes;
  - Religações e ligações urgentes a clientes;
  - Ordens de serviço agendadas com clientes.

## **2.2. Questões práticas:**

**a) Tenho um caso de infeção por COVID na minha casa e estou com dificuldades acrescidas para cumprir com o meu contrato de fornecimento doméstico. O que fazer?**

O regulador do setor da energia, a ERSE, determinou que o prazo de pré-aviso de interrupção de serviços de fornecimento para os clientes domésticos (em Baixa Tensão Normal) seja alargado por 30 dias, adicionais aos 20 dias de pré-aviso anteriormente estipulados. Este alargamento justifica-se pela excecionalidade das circunstâncias que o país atravessa, uma vez que se antevê a ocorrência de possíveis dificuldades de pagamento motivadas por isolamento, falta de acesso a meios alternativos de pagamento a partir de casa ou por uma perda abrupta e inesperada de rendimento por parte dos consumidores.

**b) Estou com dificuldade em cumprir os pagamentos do consumo de energia, como posso proceder para não contrair dívidas que não consigo cumprir?**

Os consumidores que, por dificuldade de pagamento, gerem dívidas em relação aos seus fornecedores de energia, podem pedir o pagamento fracionado das mesmas, não havendo lugar à cobrança de juros de mora por parte das empresas durante um período de 30 dias.

**c) Não consigo encontrar soluções para pagar os consumos de energia da minha casa, como posso pedir ajuda?**

Para além da possibilidade de pagamentos fracionados, têm existido algumas medidas de apoio aos consumidores que os próprios fornecedores têm implementado no âmbito da situação de emergência em que o país se encontra. Procure mais informação junto do seu fornecedor de energia e informe-se das soluções que estão disponíveis. Para o efeito, privilegie os contactos telefónicos e atendimento *online*.

**d) Não tenho resposta do meu fornecedor de energia e tenho um pré-aviso de corte de serviço, a que entidade posso recorrer para reclamar e sinalizar a minha situação?**

Esgotadas todas as tentativas de contacto possível com o seu fornecedor de serviço de energia, e caso esteja em iminente possibilidade de perda de serviço, deve informar-se junto do regulador do setor de energia, a Entidade Reguladora dos Serviços de Energia, desde logo consultando mais informação no Regulamento que estabelece medidas extraordinárias no setor energético por emergência epidemiológica Covid-19, que consta no seu *site* ou recorrendo ao

serviço de apoio ao consumidor eletrónico ou linha do consumidor de energia através do número 212484444.

### **3. Gestão e Abastecimento de água**

#### **3.1. Considerações gerais**

· Por **Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março**, de forma a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos **serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano**, compreendendo a captação, o tratamento e o fornecimento em alta e em baixa, devem as entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, intermunicipal ou municipal, independentemente da sua natureza, e sem prejuízo das diretivas, recomendações e regulamentos emanados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., ao abrigo de legislação própria, definir as equipas necessárias para garantir as seguintes atividades:

- Exploração dos sistemas de abastecimento bem como de todos os equipamentos e infraestruturas principais;
- Operação, manutenção e reparação de avarias;
- Controlo da qualidade da água para consumo humano;
- Funcionamento dos sistemas de controlo e telegestão;
- Funcionamento do sistema de logística e compras;
- Encaminhamento das lamas e subprodutos do tratamento de água, em caso de impossibilidade do respetivo armazenamento;
- Atendimento ao público, em regime de teletrabalho, para reporte de avarias.

#### **3.2. Questões práticas:**

##### **a) Existe risco de contágio através da água de torneira?**

As vias de transmissão principais do COVID-19 são a respiratória e o contacto. O vírus COVID-19 não foi detetado em sistemas de abastecimento de água e o risco para estes sistemas é baixo. A presença do vírus COVID-19 na água é possível, mas não existem evidências da sua transmissão através de água destinada ao consumo humano que possa estar contaminada. O vírus COVID-19 tem uma membrana exterior muito frágil, o que lhe confere pouca estabilidade no ambiente

e uma elevada suscetibilidade à atuação de agentes oxidantes, como é o caso do cloro utilizado para desinfetar a água nos sistemas de abastecimento.

**b) O que está a ser feito para aumentar a proteção da saúde pública no consumo de água da torneira?**

As entidades gestoras dos sistemas de abastecimento devem garantir a desinfecção adequada da água para maior proteção da saúde humana, apesar da ingestão não ser uma via de exposição relevante ao COVID-19. Os atuais processos de tratamento e desinfecção da água da torneira são eficazes na remoção de vírus, pelo que não existem motivos de preocupação para a saúde dos consumidores, nem tão pouco para opção por água engarrafada ou outras bebidas como alternativa. As entidades gestoras estão em contacto com as autoridades de saúde e com a ERSAR, no que toca ao controlo da qualidade da água nas diferentes fases de evolução da epidemia COVID-19.

**c) Não consigo encontrar soluções para pagar os consumos de água da minha casa, como posso pedir ajuda?**

Dada a excecionalidade da situação que o país atravessa vários serviços de abastecimento de águas estão a implementar medidas de isenção de tarifas fixas e a aplicação de descontos no âmbito dos tarifários sociais que têm em vigor. Para além de isenções e descontos também estão a ser implementados acordos de pagamentos, isenções de juros moratórios, assim como, a suspensão de leituras reais e suspensão de cortes por incumprimentos de pagamento de faturação em dívida. Procure mais informação junto do seu fornecedor de água e informe-se das soluções que estão disponíveis. Para o efeito, privilegie os contactos telefónicos e atendimento *online*.

**d) Não tenho resposta do meu fornecedor de água e tenho um pré-aviso de corte de serviço, a que entidade posso recorrer para reclamar e sinalizar a minha situação?**

Esgotadas todas as tentativas de contacto possível com o seu serviço de abastecimento de água, e caso esteja em iminente possibilidade de perda de serviço, deve informar-se junto do regulador do setor do abastecimento de água, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, desde logo consultando mais informação no seu *site*, e serviço de informações por via eletrónica.

## **4.Saneamento de Águas Residuais Urbanas**

### **4.1.Considerações gerais**

· **Por Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março**, de forma a assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos **serviços públicos de saneamento de águas residuais urbanas**, compreendendo a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes, em alta e em baixa, devem as entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, intermunicipal ou municipal, independentemente da sua natureza, e sem prejuízo das diretivas, recomendações e regulamentos emanados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., ao abrigo de legislação própria, definir as equipas necessárias para garantir as seguintes atividades:

- Exploração dos sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais;
- Operação, manutenção e reparação de avarias;
- Colheita de amostras aos efluentes;
- Funcionamento dos sistemas de controlo e telegestão;
- Funcionamento do sistema de logística e compras;
- Encaminhamento das lamas e subprodutos do tratamento de águas residuais, em caso de impossibilidade do respetivo armazenamento;
- Atendimento ao público, em regime de teletrabalho, para reporte de avarias.

## **ARRENDAMENTO**

---

### **1. Medidas excecionais e temporárias:**

· Com base **na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março**, são suspensas as ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria.

### **2. Regime extraordinário e transitório de proteção dos arrendatários**

· Com base **na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março**, até à cessação das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, conforme determinada pela autoridade nacional de saúde pública, fica suspensa:

- A produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio;

- A execução de hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente do executado.

### **3. Regime de Proteção de outras formas de exploração de imóveis**

Conforme consta no **Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março**, o encerramento de instalações e estabelecimentos ao abrigo do decreto n.º 2-A/2020 de 20 de março, não pode ser invocado como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contratos de arrendamento não habitacional ou de outras formas contratuais de exploração de imóveis, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis em que os mesmos se encontrem instalados.

---

## **BANCA**

---

### **1. Pagamentos com cartão**

- Conforme o disposto no artigo 3º do **Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março**, os beneficiários dos pagamentos com cartão que disponibilizem terminais de pagamento automáticos não podem recusar ou limitar a aceitação de cartões para pagamento de quaisquer bens ou serviços, independentemente do valor da operação.

### **2. Proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social**

- Por **Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março** foram estabelecidas medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

#### **2.1. Entidades Beneficiárias**

##### **2.1.1. Empresas que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:**

- Tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Portugal;
- Sejam classificadas como microempresas, pequenas ou médias empresas de acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003;
- Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
- Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

**2.1.2. Pessoas Singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente, que reúnam os requisitos:**

- Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
- Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.
- Tenham residência em Portugal e estejam em situação de isolamento profilático ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, nos termos do artigo 26.º do referido decreto-lei, e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência, nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março;

**2.1.3. Empresários em nome individual e instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social, exceto aquelas que reúnam os requisitos previstos no artigo 136.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, que, à data de publicação do decreto-lei, reúnam os seguintes requisitos:**

- Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
- Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.
- Tenham domicílio ou sede em Portugal.

#### **2.1.4. Demais empresas, independentemente da sua dimensão, excluindo as que integrem o setor financeiro, reúnam os requisitos:**

- Tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Portugal;
- Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
- Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

### **2.2. Operações**

#### **2.2.1. Operações abrangidas:**

- Operações de crédito concedidas por instituições de crédito, sociedades financeiras de crédito, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring e sociedades de garantia mútua, bem como por sucursais de instituições de crédito e de instituições financeiras a operar em Portugal.

#### **2.2.2. Operações não abrangidas:**

- Crédito ou financiamento para compra de valores mobiliários ou aquisição de posições noutros instrumentos financeiros, quer sejam garantidas ou não por esses instrumentos;
- Crédito concedido a beneficiários de regimes, subvenções ou benefícios, designadamente fiscais, para fixação de sede ou residência em Portugal, incluindo para atividade de investimento, com exceção dos cidadãos abrangidos pelo Programa Regressar;
- Crédito concedido a empresas para utilização individual através de cartões de crédito dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização, trabalhadores ou demais colaboradores.

### **2.3. Moratória**

- As entidades beneficiárias, conforme o supracitado, beneficiam das seguintes medidas de apoio relativamente às suas exposições creditícias contratadas junto das instituições:
- Proibição de revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do mencionado decreto-lei, durante o período em que vigorar a presente medida;
- Prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes à data de entrada em vigor do mencionado decreto-lei, juntamente, nos mesmos termos, com todos os seus elementos

associados, incluindo juros, garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;

- Suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, durante o período em que vigorar a presente medida, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos pela medida, incluindo garantias.

#### **2.4. Acesso à moratória**

- Para acederem às medidas previstas, as entidades beneficiárias remetem, por meio físico ou por meio eletrónico, à instituição mutuante uma declaração de adesão à aplicação da moratória, no caso das pessoas singulares e dos empresários em nome individual, assinada pelo mutuário e, no caso das empresas e das instituições particulares de solidariedade social, bem como das associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, assinada pelos seus representantes legais;

- A declaração é acompanhada da documentação comprovativa da regularidade da respetiva situação tributária e contributiva;

- As instituições aplicam as medidas de proteção previstas no artigo anterior no prazo máximo de cinco dias úteis após a receção da declaração e dos documentos mencionados, com efeitos à data da entrega da declaração, salvo se a entidade beneficiária não preencher as condições estabelecidas;

- Caso verifiquem que a entidade beneficiária não preenche as condições estabelecidas para poder beneficiar das medidas previstas, as instituições mutuantes devem informá-lo desse facto no prazo máximo de três dias úteis, mediante o envio de comunicação através do mesmo meio que foi utilizado pela entidade beneficiária para remeter a declaração supracitada.

#### **2.5. Vigência do Decreto-Lei**

O Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março vigora até 30 de setembro de 2020.

### **CULTURA**

---

#### **1. Encerramento de monumentos, palácios, museus e teatros**

Todos os monumentos, palácios, museus e teatros, bem como os demais espaços de atividades culturais e artísticas (por exemplo, auditórios, cinemas, salas de concertos, bibliotecas e sítios arqueológicos), encontram-se encerrados.

Este encerramento ao público abrange todos os espaços nacionais, regionais e municipais, quer sejam públicos ou privados.

## **2. Apoio à cultura**

### **2.1. Criação de *site* e de *e-mail* de apoio**

O Ministério da Cultura criou *site* onde serão anunciadas e explicadas novas medidas extraordinárias de apoio: [www.culturacovid19.gov.pt](http://www.culturacovid19.gov.pt), bem como *um e-mail* de apoio para as entidades artísticas, artistas e técnicos: [cultura.covid19@mc.gov.pt](mailto:cultura.covid19@mc.gov.pt). Este *e-mail* destina-se a esclarecer as medidas de apoio que já foram e que irão sendo anunciadas pelo Governo.

### **2.2. Nova linha de apoio de emergência às artes**

Estão abertas até dia 6 de abril de 2020 as candidaturas à nova Linha de Apoio de Emergência ao Setor das Artes, integrada no quadro de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica Covid19.

Com o valor de um milhão de euros, esta linha é financiada através do Fundo de Fomento Cultural do Ministério da Cultura, e destina-se a apoiar entidades artísticas e artistas nas áreas das artes performativas, artes visuais e de cruzamento disciplinar.

O Aviso de Abertura da Linha e o Formulário de Candidatura estão disponíveis no site [www.culturacovid19.gov.pt](http://www.culturacovid19.gov.pt).

## **3. Medidas excecionais de proteção relativas a espetáculos não realizados**

O **Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março** estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados entre os dias 28 de fevereiro de 2020 e até 90 dias úteis após o fim do estado de emergência.

### **3.1. A quem se aplica o decreto?**

Aplica-se, independentemente da natureza pública ou privada, a todos:

- Os agentes culturais, nomeadamente, aos artistas, intérpretes e executantes, autores, produtores, promotores de espetáculos, agentes, doravante agentes culturais;
- Os proprietários ou entidades exploradoras de instalações, estabelecimentos e recintos de espetáculos;
- As agências, postos de venda e plataformas de venda eletrónica de bilhetes.

### **3.2. O decreto estabelece regras aplicáveis a quê?**

Venda, substituição e restituição do preço dos bilhetes de ingresso daqueles espetáculos e restituição dos valores pagos com as reservas das salas e recintos daqueles espetáculos.

## DEFESA NACIONAL

---

### 1.Considerações gerais

#### · AMN – Autoridade Marítima Nacional

A Autoridade Marítima Nacional interditou todas as atividades desportivas ou de lazer que impliquem aglomerados de pessoas, nas praias do Continente, Madeira e Açores, de forma a minimizar a probabilidade de disseminação da COVID-19.

· O **Laboratório Militar** disponibilizou as suas instalações para se constituir como reserva nacional de *stocks* de Equipamentos de Proteção Individual e para proceder à gestão logística e de distribuição. Atualmente atua como reserva estratégica da DGS, Infarmed e da Cruz Vermelha, armazenando e gerindo Equipamentos de Proteção Individual. Está também disponível para atuar como Reserva Estratégica de Medicamentos considerados essenciais, assegurando o armazenamento, a gestão logística e a distribuição de medicamentos e dispositivos médicos. Têm capacidade de produção de gel desinfetante e de paracetamol.

· A **Unidade Laboratorial de Defesa Biológica e Química** já tem capacidade para realizar análises de despiste do novo coronavírus com procedimentos de análise e diagnóstico da Covid- 19 que serão equiparáveis aos do Laboratório de Referência Nacional Ricardo Jorge. Poderá servir tanto as Forças Armadas como a população em geral se o SNS assim o entender.

· As **Forças Armadas** colaboram com as seguintes medidas:

- Têm apoiado hospitais distritais, de norte a sul do país, com a instalação e manutenção de tendas de campanha no exterior dessas unidades de saúde, ampliando assim a sua capacidade de triagem e de isolamento de casos suspeitos de infeção;

- O Polo do Porto do Hospital das Forças Armadas acelerou umas obras que já estão concluídas para aumentar a sua capacidade, dispondo agora de mais 17 camas;

- Capacidades das **Forças Armadas para disponibilizar espaços para centros de acolhimento**, isto é, para internamento de infetados não-graves e com uma evolução favorável da doença:

- Marinha – 547 camas no ALFEITE (Distrito de Setúbal);
  - Exército – 1013 camas em Lisboa, Porto, Norte (Braga), Centro (Leiria e Caldas da Rainha) e Sul (Beja e Vendas Novas) e Ilhas (S. Miguel, Terceira e Funchal);
  - FAP – 804 camas em diversas Bases (Distritos de Lisboa, Leiria e Setúbal);
- [Total – cerca de 2364 camas].

- O Centro de Apoio Social no Alfeite, do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, em coordenação com a responsável da Escola Básica do Alfeite, está a assegurar o fornecimento de

alimentação às crianças e alunos que frequentam o ensino Básico e Pré-escolar referenciados ao escalão A da Ação Social Escolar;

- O Centro de Apoio Social em Runa, do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, adotou medidas especiais para assegurar a continuidade do apoio da Farmácia de referência (de Torres Vedras) – preparação e entrega da medicação em Unidose para os residentes, bem como de medicação de urgência com levantamento pelo pessoal da Unidade Funcional 2, e do serviço de análises clínicas aos residentes;

- A Força Aérea continua a zelar pela coesão territorial, assegurando a ligação entre o continente e os arquipélagos no âmbito das evacuações aeromédicas. No dia 18 de março, efetuou um transporte de equipamentos de proteção individual e medicamentos de Lisboa para o Funchal a pedido do Governo Regional da Madeira.

## **2. Medidas Adicionais**

- O Ministério da Defesa Nacional, as Forças Armadas (EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea), o IASFA e o Setor Empresarial do Estado desenvolveram planos de contingência.

- O **setor empresarial do Estado na área de Defesa** continua a trabalhar para assegurar a atividade das empresas e em particular as atividades de suporte às Forças Armadas ou Forças e Serviços de Segurança, em articulação com as associações representativas do setor.

- Foi prolongada a suspensão do Dia da Defesa Nacional até 30 de abril.

- Encerramento dos espaços culturais, como museus, arquivos e bibliotecas.

- Foram estabelecidos novos procedimentos no Hospital das Forças Armadas (Polo Lisboa) com o objetivo de aumentar a proteção de profissionais e utentes.

### **·Liga dos Combatentes:**

Desenvolveu cerca de dez recomendações e decisões, destacando-se, nomeadamente:

- Cancelamento das cerimónias relativas ao Dia do Combatente, em Portugal e em França;

- Cancelamento das visitas e passeios turísticos;

- Restrição das atividades dos núcleos;

- Identificação de locais de isolamento, em caso de necessidade;

- Estabeleceram linhas telefónicas para assuntos urgentes.

### **·IASFA [Instituto de Ação Social das Forças Armadas]**

Desenvolveu um plano de contingência e tem vindo a desenvolver ações e medidas relativas aos Centros de Ação Social mediante as fases em que se encontram.

Aquando da declaração do estado de emergência, ressalta-se o seguinte:

- Considerando o desempenho preferencial em modelo de teletrabalho, o apoio continua a ser garantido aos Beneficiários, designadamente, através de apoio telefónico e de meios digitais;
- Para os Beneficiários que habitualmente necessitam de consultas médicas (receituário) por motivo de doenças crónicas, foi ativado o serviço não presencial de passagem de receitas, através de telefone, videoconferência e outros meios digitais, complementado por um serviço de entrega de pedidos de receituário em envelope nas receções dos CAS;
- Preparadas linhas de apoio aos Beneficiários para situações de urgência nas áreas residenciais do IASFA, intervenções, inundações e avarias de mecanismos de elevação das quais possam resultar elevada perigosidade, gravidade e severidade.

## EDUCAÇÃO

---

### 1. Escolas

#### 1.1. Suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais

O Governo decretou, com início a 16 de março e reavaliação a 9 de abril de 2020, a suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e do ensino superior.

#### 1.2. Questões práticas:

##### a) Qual deve ser o comportamento dos alunos neste período sem ir à escola?

À semelhança dos restantes cidadãos, os alunos devem seguir as recomendações das Autoridades Nacionais de Saúde, adotando hábitos de higiene regulares (como lavar regularmente as mãos) e cumprindo com o distanciamento social. É fundamental que os alunos mantenham rotinas e adotem métodos de trabalho que os ajudem a superar este novo desafio e a desenvolver aprendizagens, realizando as atividades indicadas pelos seus professores e comunicando com os mesmos.

##### b) São garantidos os apoios alimentares?

Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública de ensino e os estabelecimentos particulares, cooperativos e do setor social e solidário com financiamento público continuam a prestar apoios alimentares a alunos beneficiários do escalão A da ação social escolar.

Em cada agrupamento de escolas está identificado um estabelecimento de ensino que promove o acolhimento dos filhos ou outros dependentes dos trabalhadores de serviços essenciais.

Relativamente ao acolhimento dos filhos ou outros dependentes dos trabalhadores de serviços essenciais, a **Portaria n.º 82/2020, de 29 de março** alarga o elenco dos beneficiários deste

acolhimento e define que este acolhimento pode ter também lugar durante os períodos da interrupção letiva.

**Âmbito do acolhimento:**

-Profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, das Forças Armadas, e dos profissionais de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais;

- Profissionais de serviços essenciais, conforme definidos no anexo da Portaria;

- Profissionais dos serviços públicos com atendimento presencial identificados nos despachos a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto n.º 2-A/2020 Decreto, de 20 de março.

A portaria aplica-se, ainda, excecionalmente, aos filhos ou outros dependentes a cargo dos profissionais de outros serviços que venham a ser considerados indispensáveis quando, por se revelar necessário, lhes tenha sido determinada a prestação presencial de trabalho, sem prejuízo de os dirigentes máximos e superiores hierárquicos deverem optar, sempre que possível, por convocar para a prestação presencial de trabalho os profissionais que não tenham filhos ou dependentes a cargo.

**c) Como será efetuada a avaliação do 2.º período e quais as alterações aos planos curriculares?**

A avaliação sumativa do 2.º período será efetuada no período normal, com base nos elementos disponíveis nesse momento (incluindo os ainda a recolher) e no carácter contínuo da avaliação. Neste momento, não estão previstas quaisquer alterações aos planos curriculares. Em função da evolução da situação, bem como do período de suspensão das atividades letivas presenciais, poderão ser definidas medidas de recuperação das aprendizagens dos alunos.

**d) O calendário de provas e exames nacionais será alterado?**

Não está prevista qualquer alteração do calendário escolar.

**e) Como decorre o processo de inscrição para as provas e exames nacionais?**

As datas de inscrição para as provas e exames dos ensinos básico e secundário são prorrogadas até dia 3 de abril.

**f) Estão garantidos canais de informação e comunicação entre os vários membros da comunidade educativa (diretores, docentes, não docentes, alunos, pais e encarregados de educação)?**

Sim. Neste período de suspensão das atividades letivas e não letivas com a presença dos alunos na escola, estão garantidos canais de informação e comunicação entre todos os possíveis interessados.

**g) Serão aplicados métodos de ensino à distância?**

Sim. É fundamental que os alunos continuem centrados nas atividades escolares. A implementação do apoio às aprendizagens em regime não presencial deve consubstanciar-se em:

- Definição do trabalho a desenvolver autonomamente pelos alunos;
- Acompanhamento remoto dos planos de trabalho dos alunos;
- Especial acompanhamento a alunos com medidas seletivas ou adicionais, ao abrigo do regime da educação inclusiva;
- Sempre que possível, mediação do trabalho a desenvolver pelos alunos mais novos, com intervenção dos pais ou encarregados de educação;
- Especial acompanhamento a alunos com medidas seletivas ou adicionais, ao abrigo do regime da educação inclusiva.

#### **h) Estão a ser criados instrumentos de apoio às escolas para a promoção do ensino à distância?**

O Ministério da Educação já está a divulgar, junto das escolas, formas de promoção de práticas diferenciadas de ensino à distância, a desenvolver em função da evolução da situação e da realidade de cada escola, bem como do contexto de cada aluno.

Para mais informações, sugere-se a consulta do novo *site* **[apoioescolas.dge.mec.pt](https://apoioescolas.dge.mec.pt)**, que reúne um conjunto de recursos, ferramentas e informações úteis para as escolas e famílias, que visa apoiar as comunidades educativas na utilização de metodologias de ensino à distância.

#### **i) Que outras atividades foram suspensas?**

Fica interdita a realização de viagens de finalistas ou similares e ficam suspensas as atividades de apoio social desenvolvidas em Centro de Atividades Ocupacionais, Centro de Dia e Centro de Atividades de Tempos Livres.

## **2. Apoios às famílias**

Consultar setor do **TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL** do presente Manual para explicitação do apoio excecional para trabalhadores por conta de outrem e para trabalhadores independentes.

Não obstante a informação indicada acima, o **Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março** veio estabelecer um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Assim, consideram-se justificadas as faltas motivadas por assistência a filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, bem como a neto que viva com o trabalhador em comunhão de mesa e habitação e que seja filho de adolescente com idade inferior a 16 anos, nos períodos de interrupção letiva fixados nos anexos ii e iv ao Despacho n.º 5754-A/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 18 de junho, ou definidos por cada escola ao abrigo da

possibilidade inscrita no n.º 5 do artigo 4.º da Portaria n.º181/2019, de 11 de junho, quando aplicável.

Estas faltas não determinam a perda de direitos, salvo quanto à retribuição.

Para prestar assistência nos termos supracitados, o trabalhador pode proceder à marcação de férias, sem necessidade de acordo com o empregador, mediante comunicação, por escrito, com antecedência de dois dias relativamente ao início do período de férias.

### **3. Ensino Superior**

#### **3.1. Considerações gerais:**

- Ficam suspensas todas as atividades com presença de estudantes a partir do dia 16 de março, sendo reavaliada a 9 de abril;
- Devem manter-se as atividades através da interação por via digital entre estudantes e docentes;
- Todos os Serviços da Administração Pública, os Dirigentes dos Serviços e Organismos, as instituições científicas e as instituições de ensino superior devem fomentar e criar condições para que os seus colaboradores, incluindo funcionários, docentes, investigadores e bolseiros de investigação, recorram ao teletrabalho e proceder à divulgação dessa possibilidade junto dos mesmos;
- As unidades de I&D, os laboratórios e serviços das Instituições de Ensino Superior devem permanecer abertos e adotar todas as medidas já divulgadas de prevenção de contágio pelo vírus;
- No caso dos serviços deve ser privilegiado o atendimento com recurso a meios digitais e telefónicos, sempre que assim seja possível;
- No caso das cantinas, devem ser reduzidas as lotações máximas e evitada a concentração de utentes, devendo ser estimulada, sempre que possível, a entrega individual de refeições;
- No caso das residências, deve ser garantido o respetivo funcionamento no quadro das medidas de prevenção em vigor;
- As instituições do ensino superior devem privilegiar o recurso ao teletrabalho priorizando os grupos vulneráveis e de risco;
- As reuniões do júri de concursos previstas nos estatutos da carreira docente do ensino superior e da carreira de investigação científica, podem ser realizadas, em todas as fases do procedimento, por videoconferência, desde que haja condições técnicas para o efeito, tal como as provas para atribuição do título académico de agregado e de título de especialista;
- O COLIBRI – Ambiente Colaborativo Multimédia da FCCN-FCT, plataforma que permite aulas/reuniões até 300 participantes sofreu um aumento da capacidade de 450 para 2600

reuniões simultâneas. Os recursos VIDEOCAST, EDUCAST, FILESENDER e NAU estão igualmente disponíveis para facilitar o teletrabalho e a aprendizagem à distância;

- Foi delegado em grupo de trabalho representativo das autoridades nacionais (GRAN) a competência para a gestão da situação dos cerca de 3250 alunos portugueses do ensino superior em mobilidade no estrangeiro (UE e países terceiros), tendo-se procedido à sua identificação e contacto;
- Os estudantes em mobilidade no estrangeiro podem interrompê-la, prorrogá-la e ter reembolso de certos custos adicionais. Para mais informações, consultar o *site* **[www.dges.gov.pt](http://www.dges.gov.pt)**;
- A FCT prorroga todos os contratos de bolsa que financia diretamente. São igualmente prorrogadas as datas de candidatura a bolsas de Doutoramento (até 28 de abril) e a projetos de IC&DT em todos os domínios científicos (até 30 de abril), tal como as datas para entrega da declaração de compromisso no âmbito do Concurso de Projetos (até 15 de maio).

## EMPRESAS

---

### 1. Linhas de Crédito

#### 1.1. Questões práticas:

##### a) Que linhas de crédito estarão disponíveis?

Foram disponibilizadas, através das instituições bancárias e garantidas pelo Estado, quatro linhas que acrescem à linha de âmbito geral, que abrange todos os setores económicos. O acesso das empresas às linhas de crédito disponibilizadas estará condicionado à manutenção dos postos de trabalho. No total, estas novas Linhas de Crédito representam 3 mil milhões de euros de financiamento adicional à economia, com um período de carência até 12 meses, são amortizadas até quatro anos e destinam-se aos seguintes setores:

**i) Restauração e Similares:** 600 Milhões de Euros, dos quais 270 Milhões de Euros para Micro e Pequenas Empresas

**A quem se destina?** A Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:

- Situação líquida positiva no último balanço aprovado; ou
- Situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

**Quais são as condições?** Máximo por empresa: 1,5 Milhões de Euros.

- Garantias até 90%;
- Contragarantias: 100%;
- Período de carência: até 1 ano;

- Prazo de operações: 4 anos.

**ii) Turismo – Agências de Viagens; Animação; Organização de Eventos e Similares:** 200 Milhões de Euros, dos quais 75 Milhões de Euros para Micro e Pequenas empresas

**A quem se destina?** A Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:

- Situação líquida positiva no último balanço aprovado; ou
- Situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

**Quais são as condições?** Máximo por empresa: 1,5 Milhões de Euros.

- Garantias até 90%;
- Contragarantias: 100%;
- Período de carência: até 1 ano;
- Prazo de operações: 4 anos.

**iii) Turismo – Empreendimentos e Alojamentos:** 900 Milhões de Euros, dos quais 300 Milhões de Euros para Micro e pequenas empresas

**A quem se destina?** Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:

- Situação líquida positiva no último balanço aprovado; ou
- Situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

**Quais são as condições?** Máximo por empresa: 1,5 Milhões de Euros.

- Garantias até 90%;
- Contragarantias: 100%;
- Período de carência: até 1 ano;
- Prazo de operações: 4 anos.

**iv) Indústria – Têxtil, Vestuário, Calçado, indústrias extrativas (rochas ornamentais) e da fileira da madeira e cortiça:** 1300 Milhões de Euros, dos quais 400 Milhões de Euros para Micro e Pequenas Empresas

**A quem se destina?** Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:

- Situação líquida positiva no último balanço aprovado; ou
- Situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

**Quais são as condições?** Máximo por empresa: 1,5 Milhões de Euros.

- Garantias até 90%;
- Contragarantias: 100%;
- Período de carência: até 1 ano;
- Prazo de operações: 4 anos.

**v)** Linha de crédito de 200 Milhões de Euros para apoio de tesouraria, no quadro do Programa Capitalizar (operacionalizada pelo setor bancário), incluindo setores não abrangidos pelas linhas elencadas anteriormente;

**A quem se destina?** Preferencialmente Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:

- Situação líquida positiva no último balanço aprovado; ou
- Situação líquida negativa e regularização em balanço intercalar aprovado até à data da operação.

**Quais são as condições?** Máximo por empresa: 1,5 Milhões de Euros.

- Garantia: Até 80% do capital em dívida;
- Contragarantias: 100%;
- Prazo de operações: 4 anos para Fundo de Maneio e 1 a 3 anos para Tesouraria.

**Nota:** Para mais informações será pertinente consultar o seguinte link: <https://www.spgm.pt/pt/catalogo/linha-de-credito-covid-19/>

**vi)** Linha de crédito de 60 Milhões de Euros para microempresas no setor do turismo (operacionalizada pelo Turismo de Portugal)

**A quem se destina?** Microempresas do setor do Turismo que:

- Estejam licenciadas e registadas no Registo Nacional de Turismo, se exigível;
- Não se encontrem numa situação de empresa em dificuldade; e
- Não tenham sido objeto de sanções administrativas ou judiciais nos 2 últimos anos.

**Quais são as condições?** Montante: 750 €/mês/trabalhador.

- Montante máximo: 20 mil euros;
- Duração: 3 meses;
- Reembolso: 3 anos (com 1 ano de carência);
- Sem juros;

- Garantia: Fiança pessoal de sócio;
- Entidade responsável: Turismo de Portugal, I. P..

**Nota:**

Para esclarecer possíveis dúvidas adicionais, o IAPMEI disponibiliza um contacto de *e-mail*: [info@iapmei.pt](mailto:info@iapmei.pt). Existe também uma rede descentralizada de apoio que está preparada para responder aos empresários, através dos seguintes contactos telefónicos:

**Aveiro: (+351) 234 302 450 | Braga: (+351) 253 206 600 | Bragança: (+351) 273 300 000**

**Coimbra: (+351) 239 853 940 | Évora: (+351) 266 739 700 | Faro: (+351) 289 895 800**

**Guarda: (+351) 271 220 840 | Leiria: (+351) 244 817 900 | Lisboa: (+351) 213 836 237**

**Porto: (+351) 226 152 000 | Viseu: (+351) 232 483 440**

Já as empresas do setor do Turismo poderão contactar o Turismo de Portugal através dos seguintes canais:

**Gabinete de Apoio ao Empresário**

E-mail: [apoioaoempresario@turismodeportugal.pt](mailto:apoioaoempresario@turismodeportugal.pt) (contacto preferencial)

Telefone: 808 209 209

**Contactos Gerais**

E-mail: [info@turismodeportugal.pt](mailto:info@turismodeportugal.pt); (contacto preferencial)

Telefone: 211140200

## **2. Garantias**

Adesão em curso ao programa de garantias anunciado pela Comissão Europeia e pelo Grupo BEI/FEI, que permitirá reforçar o financiamento de capital às empresas portuguesas.

## **3. Incentivos PT2020**

### **3.1 Apoios que estão previstos no âmbito do Portugal 2020:**

**Prazos de pagamento mais reduzidos:** Pagamentos no mais curto prazo possível após os pedidos de pagamento serem apresentados pelas empresas, podendo ser efetuados, no limite, a título de adiantamento, sendo estes posteriormente regularizados com o apuramento do incentivo a pagar pelo organismo intermédio/organismo pagador sem qualquer formalidade para os beneficiários.

**Diferimento das prestações de reembolsos de incentivos (QREN e Portugal 2020):** Para as empresas com quebras do volume de negócios ou de reservas ou encomendas superiores a 20 %, nos dois meses anteriores ao da apresentação do pedido de alteração do plano de reembolso face ao período homólogo do ano anterior, o diferimento por um período de 12 meses das

prestações vincendas até 30 de setembro de 2020 relativas a subsídios reembolsáveis atribuídos no âmbito de sistemas de incentivos do QREN ou do Portugal 2020 sem encargos de juros ou outra penalidade para as empresas beneficiárias.

**Elegibilidade de custos com ações canceladas ou adiadas:** As despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 previstas em projetos aprovados pelo Portugal 2020, nomeadamente nas áreas da internacionalização e da formação profissional, são elegíveis para reembolso.

**Consideração do COVID-19 como motivo de força maior nos apoios do Portugal 2020:** Os impactos negativos decorrentes do COVID-19 que deem lugar à insuficiente concretização de ações ou metas, podem ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos do Portugal 2020.

#### **4. Fiscalidade**

##### **4.1. Apoios no plano fiscal**

O Governo decidiu **prorrogar o prazo de cumprimento de obrigações fiscais** (declarativas e de pagamento) relativas **ao IRC**. Ficou decidido:

-O adiamento do Pagamento Especial por Conta (PEC) de 31 de março para 30 de junho;

-A prorrogação da entrega do Modelo 22 (Declaração de IRC + Pagamento/acerto) para 31 de julho;

-A prorrogação do primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta de 31 de julho para 31 de agosto.

##### **4.2. Flexibilidade para o cumprimento das obrigações fiscais:**

Considerando o calendário fiscal relativo a obrigações de pagamento para o segundo trimestre de 2020, o Governo decide flexibilizar o pagamento de impostos para as empresas e trabalhadores independentes. Esta flexibilização permite que na data de vencimento da obrigação de pagamento a mesma possa ser cumprida de uma das seguintes formas:

-pagamento imediato, nos termos habituais;

-pagamento fracionado em três prestações mensais sem juros; ou

-pagamento fracionado em seis prestações mensais, sendo aplicáveis juros de mora apenas às últimas três.

Para qualquer destas situações de pagamento fracionado em prestações não será necessário às pessoas nem às empresas prestar qualquer garantia.

###### **4.2.1. Que obrigações estão abrangidas?**

Esta medida abrange os pagamentos do IVA (nos regimes mensal e trimestral) e a entrega ao Estado de retenções na fonte de IRS e IRC e é aplicável a trabalhadores independentes e empresas com volume de negócios até 10 milhões de euros em 2018, ou com início de atividade a partir de 1 de janeiro de 2019. As restantes empresas ou trabalhadores independentes podem requerer a mesma flexibilização no pagamento destas obrigações fiscais do 2.º trimestre quando tenham verificado uma diminuição de volume de negócios de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação face ao período homólogo do ano anterior.

#### **4.3 Contribuições para a Segurança Social**

- Suspensa a data de pagamento da Taxa Social Única de 20 de março;
- Diferimento de 2/3 do pagamento das contribuições sociais da responsabilidade da entidade empregadora de março, abril e maio de 2020 para o segundo semestre de 2020, pagos através de um plano prestacional de 3 ou 6 meses.

#### **5. Medidas excecionais e temporárias de proteção dos postos de trabalho**

O **Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março**, retificado pela Declaração de Retificação n.º 14/2020, de 28 de março, prevê, em situação de crise empresarial, os seguintes direitos aos empregadores:

- Apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho, com ou sem formação, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou da suspensão do contrato de trabalho, nos termos dos artigos 298.º e seguintes do Código do Trabalho;
- Plano extraordinário de formação;
- Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa;
- Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora.

Para efeitos do mencionado decreto-lei, considera-se **situação de crise empresarial**:

- O encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento, decorrente do dever de encerramento de instalações e estabelecimentos, previsto no Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou por determinação legislativa ou administrativa, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, ou ao abrigo da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual, assim como da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, relativamente ao estabelecimento ou empresa efetivamente encerrados e abrangendo os trabalhadores a estes diretamente afetados; ou
- Mediante declaração do empregador conjuntamente com certidão do contabilista certificado da empresa que o ateste:

A paragem total ou parcial da atividade da empresa ou estabelecimento que resulte da interrupção das cadeias de abastecimento globais, ou da suspensão ou cancelamento de

encomendas **ou** quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação no período de trinta dias anterior ao do pedido junto dos serviços competentes da segurança social, com referência à média mensal dos dois meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período.

### **5.1.Redução ou suspensão em situação de crise empresarial**

- Em situação de crise empresarial, o empregador pode reduzir temporariamente os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 298.º e seguintes do Código do Trabalho.
- Durante a vigência das medidas previstas, em caso de redução do período normal de trabalho, mantêm-se os direitos, deveres e garantias das partes, nos termos previstos no Código do Trabalho.
- Durante a vigência das medidas previstas, em caso de suspensão do contrato de trabalho, mantêm-se os direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho, nos termos previstos no Código do Trabalho.
- A compensação retributiva a que o trabalhador tem direito é fixada nos termos do n.º 3 do artigo 305.º do Código do Trabalho, sendo paga pelo empregador.
- Durante o período de aplicação desta medida, a empresa tem direito a um apoio financeiro para efeitos de pagamento da compensação.

**Nota: Já se encontra disponível o formulário para requerimento em situação de crise empresarial, no *site* da Segurança Social, para pedido de apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho ou pedido de *lay-off*.**

### **5.2.Proibição do despedimento**

- Durante o período de aplicação das medidas de apoio previstas no decreto-lei mencionado, bem como nos 60 dias seguintes, o empregador abrangido por aquelas medidas não pode fazer cessar contratos de trabalho ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho, previstos nos artigos 359.º e 367.º do Código do Trabalho.

## **6. Setor Bancário**

### **6.1. Considerações gerais:**

- Recalendarização de empréstimos bancários, com extensão das maturidades, em coordenação com Banco de Portugal.
- Eliminação das taxas mínimas cobradas aos comerciantes nos pagamentos por POS, pelos principais bancos (todos comerciantes podem passar a aceitar pagamentos através de cartões e meios eletrónicos sem necessidade de estabelecer qualquer valor mínimo).
- Aumentado o limite máximo para as operações com cartão *contactless*, que deverá passar para 30€.

### 1.Considerações gerais

· **Por Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março**, as empresas Transtejo, S. A., Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S. A., Metropolitano de Lisboa, E. P. E., Metro do Porto, S. A., e Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A., e a concessionária da exploração do serviço de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo devem assegurar, cumulativamente: os limiares adequados de oferta de serviço de transporte público de passageiros do horário de inverno; a limitação do número máximo de passageiros transportados a 1/3 da lotação dos veículos; a disponibilização de serviço em todas as paragens, estações e terminais; o funcionamento ininterrupto dos serviços de pronto-socorro, piquetes de emergência, serviços de segurança e centros de operação e controlo de operações; a rotação e segregação de equipas de trabalhadores; a redução das possibilidades de contacto entre o pessoal operacional e os passageiros; a limpeza e a desinfeção das instalações e equipamentos utilizados pelos passageiros e outros utilizadores; as alterações à operação e necessários ajustamentos nos procedimentos, nomeadamente validação e venda de títulos.

· As autoridades de transporte locais devem: proceder à articulação com os respetivos operadores de transportes, no sentido de adequar a oferta à procura e às necessidades de transporte; limitar o número máximo de passageiros transportados a 1/3 da lotação do veículo; reduzir, sempre que possível, as possibilidades de contacto entre motoristas e demais pessoal de apoio aos passageiros; assegurar a limpeza e a desinfeção de veículos, instalações e equipamentos utilizados pelos passageiros e outros utilizadores; Proceder a alterações à operação de transportes e necessários ajustamentos nos respetivos procedimentos, designadamente no sistema de validação e venda de títulos.

· **Por Despacho n.º 3547-A/2020 de 22 de março**, no transporte em táxi e no TVDE restringiu-se o acesso ao banco dianteiro, devendo ser acautelada a renovação do ar interior das viaturas e a limpeza das superfícies.

· Para assegurar o correto funcionamento dos serviços de transporte em táxi, os presidentes das câmaras municipais podem definir condições excecionais de circulação.

· É permitido o exercício da atividade de aluguer de veículos de mercadorias sem condutor (rent-a-cargo)- Despacho n.º3614-A/2020;

· É permitido o exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros (rent-a-car) para: deslocações para aquisição de bens ou serviços essenciais, nomeadamente medicamentos e as deslocações por motivos de saúde ou para assistência a outras pessoas; o exercício das atividades de comércio a retalho ou de prestação de serviços autorizadas; e para prestação de assistência a condutores e veículos avariados, imobilizados ou sinistrados (Despacho n.º3614-A/2020);

· Nos contratos de aluguer de curta duração que tenham sido celebrados antes da entrada em vigor do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, o locatário deve proceder à devolução do veículo ao locador, no prazo de cinco dias úteis (Despacho n.º3614-A/2020);

- Para além do cumprimento das regras de segurança e higiene, previstas no Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, os prestadores de serviço devem assegurar que as viaturas são devidamente desinfetadas quando ocorra a respetiva entrega pelos utilizadores, mediante a utilização de produtos adequados e eficazes no combate à propagação do vírus (Despacho n.º3614-A/2020;
- Os membros do Governo responsáveis pela área dos transportes determinam (Decreto-Lei n.º2-A/2020, de 20 de março):
  - A prática dos atos que sejam adequados e indispensáveis para garantir os serviços de mobilidade a fim de proteger pessoas e bens, bem como a manutenção e funcionamento das infraestruturas viárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias;
  - As regras para o setor da aeronáutica civil, com a definição de medidas de rastreio e organização dos terminais dos aeroportos internacionais e de flexibilização na gestão dos aeroportos, bem como a definição de orientações sobre as situações que impõem a presença dos trabalhadores para salvaguarda da prestação dos serviços mínimos essenciais, adaptando, se necessário, o nível das categorias profissionais, as férias e os horários de trabalho e escalas;
  - O estabelecimento dos termos e condições em que deve ocorrer o transporte de mercadorias a fim de garantir o respetivo fornecimento;
  - A declaração da obrigatoriedade de os operadores de transporte de passageiros realizarem a limpeza dos veículos de acordo com as recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
  - A redução do número máximo de passageiros por transporte para um terço do número máximo de lugares disponíveis;
  - A adoção de outras medidas adicionais que sejam adequadas e necessárias para limitar a circulação de meios de transporte coletivos no sentido de preservar a saúde pública;
  - A adoção das medidas necessárias para assegurar a participação da companhia aérea nacional em operações de regresso de cidadãos nacionais a território nacional;

## **2. Questões práticas:**

### **a) Os transportes públicos estão a funcionar?**

Os transportes são um serviço indispensável e como tal, com os devidos ajustamentos, vão manter o seu funcionamento ao serviço da população com as devidas exceções. Como se trata de uma evolução dinâmica, para confirmação dos ajustes em curso, sugere-se a consulta da informação disponibilizada pelo gestor do serviço que pretende.

### **b) Existe um risco de exposição elevado nos transportes públicos?**

Os operadores e gestores de infraestruturas estão a adotar medidas de minimização do risco de contágio, mas para a contenção da propagação do vírus é importante a adoção de comportamentos responsáveis. Evite a proximidade com motoristas, maquinistas ou pessoal de apoio aos serviços de transporte, reduzindo ao mínimo indispensável essas interações. Sempre que possível evite aglomerações e elevada proximidade aos restantes passageiros. Sempre que

possível reduza as suas viagens ao estritamente necessário. Alguns operadores estão a adaptar a oferta à procura de serviços para tentar gerir eficazmente os recursos disponíveis e evitar elevadas taxas de ocupação.

**c) Quais são os melhores horários para recorrer aos serviços de transportes?**

Para evitar os picos de utilização dos serviços de transporte procure evitar os horários de maior utilização. Informe-se junto do gestor dos serviços que pretende utilizar para obter informação mais atualizada quanto possível.

**d) Os operadores de transportes fizeram alguma mudança nos procedimentos de limpeza?**

Sim, os operadores e gestores de infraestruturas de transportes estão a reforçar os protocolos de higienização e desinfecção de autocarros, comboios, barcos, elétricos, estações, lojas de apoio aos utentes, bilheteiras, assim como de superfícies e equipamentos de maior utilização (obliteradores, máquinas automáticas de venda de títulos, corrimãos, portas, pegas do interior, contorno superior dos bancos, contorno do habitáculo do tripulante, etc.).

**e) O que está a ser feito para prevenir a propagação de vírus nos trabalhadores dos serviços de transportes?**

As recomendações da DGS aplicam-se a todos os trabalhadores dos serviços de transportes, entre as quais, a medição de temperatura corporal para evitar a operação de serviços com trabalhadores que apresentem sintomas cuja condição não permita o serviço ao público.

**f) Caso encontre um utente com tosse como devo agir?**

A tosse pode ser um indicador, mas não significa que a pessoa esteja infetada com COVID-19. De qualquer modo adote um comportamento responsável e procure evitar a proximidade ou o contacto com superfícies junto desse utente. Sensibilize o utente ou sinalize-o junto dos trabalhadores do operador de transportes para que se adote o procedimento adequado.

**g) Que comportamentos devo adotar antes ou depois de recorrer aos transportes públicos para minimizar o risco de contágio?**

Recorra aos transportes apenas se estritamente necessário. Caso tenha sintomas, fique onde se encontra e não recorra aos transportes públicos e ligue para a linha de Saúde 24 para o respetivo aconselhamento. Caso não tenha sintomas e precise de recorrer aos transportes públicos, deve adotar comportamentos responsáveis como: evitar grandes aglomerações de passageiros, procurando sempre que possível manter uma distância dos restantes utentes; lavar as mãos frequentemente com água e sabão, sobretudo antes e depois da deslocação; em caso de tosse ou espirro, faça-o para o braço ou lenço evitando a disseminação de partículas no ar; desinfecção regular das mãos com solução ou gel à base de álcool; evitar tocar no nariz, na boca, nos olhos ou restante cara evitando a transmissão de gotículas.

**h) Nos autocarros devo entrar pela porta da frente?**

Os operadores devem procurar proteger os seus motoristas do contacto com os passageiros, por esse motivo, as entradas para o autocarro estão a ser alteradas para as portas traseiras, evitando aliás a permanência junto ao motorista no interior do autocarro. Ao entrar para o autocarro, aguarde a saída de todos os passageiros respeitando as distâncias e evitando os lugares da frente do autocarro.

## INSTITUIÇÕES, RESPOSTAS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL

---

### 1. Questões práticas:

· Sugere-se a consulta do seguinte *link*:

<http://www.seg-social.pt/documents/10152/16722120/FAQs+defici%C3%Aancia+%28004%29.pdf/d921bb2e-4e02-4312-a0af-04dc3facf230>

O presente *link* dá acesso a documento institucional com perguntas e respostas sobre Medidas Relativas a Pessoas com deficiência, Suas Famílias e Entidades que lhes Prestam Apoio, no atual contexto do COVID-19.

### 2. Suspensão das visitas a instituições nas quais residam pessoas idosas

· A Autoridade Nacional de Saúde (Direção-Geral da Saúde) determinou a suspensão de visitas a instituições nas quais residam pessoas idosas, devido à existência de perigo para a Saúde Pública, nomeadamente de risco de contágio de COVID-19 e como medida de contenção, no período compreendido entre 15 de março e 8 de abril 2020.

· Na sequência desta determinação, o Governo decidiu alargar a suspensão de visitas a instituições nas quais residam pessoas com deficiência ou onde residam crianças e jovens acolhidos, pelo mesmo período.

As exceções, tais como visitas de familiares a pessoas em situação terminal, devem ser rigorosamente avaliadas caso a caso.

### 3. Suspensão de atividades

O Governo decretou, com início a 16 de março e reavaliação a 9 de abril de 2020, a suspensão:

- Das atividades presenciais em estabelecimentos cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e superior;
- Das atividades presenciais em equipamentos sociais de apoio à primeira infância;
- Das atividades de apoio social desenvolvidas em Centro de Atividades Ocupacionais, Centro de Dia, Centro de Atividades de Tempos Livres e Equipas Locais de Intervenção Precoce.

Contudo, existem as seguintes exceções:

- Nos equipamentos sociais da área da deficiência, designadamente nas respostas de Centro de Atividades Ocupacionais, é assegurado o acolhimento aos utentes cujos responsáveis sejam

considerados trabalhadores essenciais, sendo igualmente assegurado apoio alimentar aos seus utentes em situação de carência económica.

- Na resposta social Creche é assegurada a frequência dos filhos ou outros dependentes a cargo dos trabalhadores de serviços essenciais, cuja mobilização para o serviço ou prontidão obste a que lhes prestem assistência, de acordo com as necessidades que venham a ser identificadas.

- Nos equipamentos educativos, sociais e cooperativos é assegurada a prestação de apoios alimentares a alunos beneficiários do escalão A da ação social escolar e, sempre que necessário, as medidas de apoio aos alunos das unidades especializadas que foram integradas nos centros de apoio à aprendizagem e cuja permanência na escola seja considerada indispensável.

#### **4. Orientações**

No demais, mantêm-se as orientações do Comunicado do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre as medidas extraordinárias para fazer face à situação epidemiológica do novo coronavírus, no que respeita às instituições, respostas sociais e ação social, devendo, ainda, ter-se em conta que as orientações da Direção-Geral de Saúde prevalecem sempre sobre estas informações.

#### **5. Recomendação para a admissão de novos residentes/utentes**

Quanto à admissão de novos residentes/utentes nas respostas sociais de acolhimento residencial (pessoas idosas ou pessoas com deficiência) e em Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados, sugere a Direção Geral de Saúde a implementação dos seguintes procedimentos:

- Para a admissão de novos residentes/utentes, deve ser realizado o teste laboratorial para SARS-CoV-2;
- Independentemente da avaliação clínica ou do resultado laboratorial, na admissão de novos residentes/utentes, estes deverão cumprir um período de quarentena, não inferior a 14 dias;
- Compete aos profissionais de saúde de apoio à instituição, a vigilância, acompanhamento e identificação de sintomatologia sugestiva de infeção COVID-19.

#### **6. Respostas de emergência para equipamentos sociais e de saúde**

- Por **Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março**, foi criada uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19.

- A mencionada Portaria introduz, ainda, um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições.

##### **6.1. Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde**

###### **6.1.1. Questões práticas:**

#### **a) De que se trata esta medida?**

É uma medida temporária e excecional no âmbito da pandemia COVID-19 que pretende dar resposta ágil às entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de prestação de cuidados de saúde ou de apoio social com necessidades de curto prazo de reforço de pessoas.

#### **b) Quais as entidades elegíveis?**

- São elegíveis as entidades públicas ou pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, que desenvolvam atividade na área social e da saúde, nomeadamente, serviços de saúde, hospitais, estruturas residenciais ou serviços de apoio domiciliário para pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidade.
- São ainda elegíveis os projetos referentes a situações de sobrecarga das entidades decorrente da pandemia COVID-19, nomeadamente devido ao aumento da atividade das entidades ou ao impedimento temporário dos seus trabalhadores por motivo de doença, isolamento profilático, assistência a familiares ou dependentes. Estes projetos desenvolvem-se no âmbito do ponto anterior e enquadram-se no conceito de trabalho socialmente útil.

#### **c) Que pessoas podem ser integradas?**

Desde que não tenham mais de 60 anos nem pertençam aos grupos sujeitos a dever de especial proteção definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março (*Os imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos*), podem ser integradas as seguintes pessoas:

- Desempregados (independentemente de estarem ou não inscritos no IEFP);
- Trabalhadores com contrato suspenso ou horário de trabalho reduzido (*lay-off*).
- Trabalhadores com contratos de trabalho a tempo parcial;
- Estudantes e formandos com 18 ou mais anos.

#### **d) Que apoios recebem as pessoas integradas?**

As pessoas integradas nas entidades terão direito a uma bolsa mensal nos seguintes termos:

- Desempregados subsidiados: bolsa mensal complementar no valor de um IAS (*i.e.* 438,8 euros);
- Todos os outros: bolsa mensal de 1,5 vezes o valor do IAS (*i.e.* 658,2 euros);

Será assegurado equipamento individual de proteção a todos os destinatários, bem como alimentação e transporte, ou, caso a entidade não tenha condições para o assegurar, um subsídio de transporte até 10% do IAS (43,9 euros).

**e) Quem assegura o pagamento da bolsa?**

A bolsa a que têm direito as pessoas integradas nas entidades através desta medida é paga pela entidade, cabendo ao IEFP participar 90% do seu montante.

**f) Qual a duração do apoio?**

O apoio tem a duração de um mês e pode ser prorrogado mensalmente até um máximo de três meses. A prorrogação depende de pedido a remeter pela entidade ao IEFP.

**g) Como é que as entidades podem aceder à medida?**

Através de pedido a remeter ao IEFP:

- O IEFP vai disponibilizar um formulário que as entidades preenchem e enviam por correio eletrónico para o IEFP (para o *email* do Serviço de Emprego correspondente ao estabelecimento, que surge automaticamente ao concluir o preenchimento do formulário, podendo também esta lista ser consultada em <http://www.iefp.pt>);
- Depois de receber o pedido, o IEFP emite uma decisão no prazo máximo de dois dias úteis;
- Quando a entidade é notificada sobre a decisão de aprovação, tem cinco dias úteis para enviar o termo de aceitação ao IEFP;

**h) Como é que as pessoas podem disponibilizar-se para ser integradas através desta medida?**

As pessoas que estejam disponíveis para ser integradas nestas entidades ao abrigo desta medida devem inscrever-se no IEFP (seja como desempregadas, seja como empregadas), de maneira a garantir que o IEFP pode contactá-las no sentido de as integrar em entidades específicas. A inscrição no IEFP pode ser feita *online*, através do portal <https://iefponline.iefp.pt/>. Em caso de dúvida, recomenda-se o contacto com o IEFP, através do *e-mail* [iefp.info@iefp.pt](mailto:iefp.info@iefp.pt) ou através do telefone 300 010 001 (dias úteis das 8h às 20h). Na seleção das pessoas a integrar nas entidades, o IEFP vai dar preferência às pessoas com experiência e/ou formação nas áreas da saúde e apoio familiar.

**i) Se um desempregado inscrito recusar a integração nesta medida, a sua inscrição é anulada?**

Não, a recusa de integração no âmbito desta medida não determina a anulação de inscrição.

**j) No caso dos trabalhadores em “lay-off”, a bolsa mensal é contabilizada para efeitos da compensação retributiva a que têm direito?**

Não, a bolsa mensal que é atribuída no âmbito de atividades ocupacionais de interesse social relacionadas com programas na área do emprego não é considerada para efeitos contributivos, uma vez que não decorre de uma relação de trabalho.

**k) Um formando com bolsa de formação pode ser integrado e beneficiar da bolsa?**

Pode, mas não pode acumular a bolsa de formação com a bolsa mensal atribuída no âmbito da medida. Nos casos em que os destinatários sejam beneficiários de bolsa de formação, a bolsa de formação é suspensa temporariamente durante o período em que seja concedida a bolsa mensal ao abrigo do projeto.

**6.2. Regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos CEI/CEI+ em projetos na área de cuidados de saúde ou de apoio social**

**6.2.1. Questões práticas:**

**a) De que se trata esta medida?**

Trata-se de um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos CEI/CEI+ em projetos integrados nas atividades de prestação de cuidados de saúde ou de apoio social.

**b) A quem se destina?**

Aos participantes nas medidas CEI/CEI+ integrados em projetos nas atividades de prestação de cuidados de saúde ou de apoio social, quer estejam enquadrados em projetos em curso, quer sejam enquadrados em projetos a aprovar.

**c) Qual é a majoração das bolsas?**

A majoração será atribuída da seguinte forma:

- Desempregados subsidiados: majoração de 0,8 IAS, ou seja, a bolsa mensal passa a ser de 438,8 euros (que acrescem ao subsídio de desemprego);

- Desempregados não subsidiados: majoração de 0,5 IAS, ou seja, a bolsa mensal passa a ser de 658,2 euros.

**d) Quem assegura a majoração das bolsas?**

A majoração das bolsas é integralmente comparticipada pelo IEFP, ou seja, não há encargos adicionais para as entidades promotoras.

---

**JUSTIÇA**

---

**1. Suspensão de prazos e diligências**

Conforme o disposto na **Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março**, verificam-se as seguintes medidas excecionais:

**1.1. Questões práticas:**

**a) Qual é o efeito?**

Durante a situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento, no contexto da pandemia COVID-19, aplica-se o regime das férias judiciais.

**b) Que atos estão abrangidos?**

Estão abrangidos os atos processuais e procedimentais que devam ser praticados no âmbito dos processos e procedimentos que corram termos:

- Nos tribunais judiciais;
- Nos tribunais administrativos e fiscais;
- No Tribunal Constitucional;
- No Tribunal de Contas;
- Nos demais órgãos jurisdicionais;
- Nos tribunais arbitrais;
- No Ministério Público;
- Nos julgados de paz;
- Nas entidades de resolução alternativa de litígios;
- Nos órgãos de execução fiscal.

**c) O que acontece aos prazos substantivos?**

A situação excecional constitui igualmente causa de suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade relativos a todos os tipos de processos e procedimentos. Este regime de suspensão prevalece sobre quaisquer regimes jurídicos prevendo prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo estes prazos alargados pelo período em que vigorar a situação excecional.

**d) A suspensão dos prazos inclui os processos urgentes?**

Sim, exceto nas seguintes situações:

- Quando seja tecnicamente viável a prática de quaisquer atos processuais e procedimentais através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente por teleconferência ou videochamada; ou
- Quando estejam em causa direitos fundamentais (nomeadamente atos e diligências processuais relativos a menores em risco ou a processos tutelares educativos de natureza urgente ou atos, diligências e julgamentos de arguidos presos), desde que a sua realização não implique a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde e de acordo com as orientações fixadas pelos conselhos superiores competentes. Nestes casos, estes atos realizam-se presencialmente, se não for possível realizá-los por meios de comunicação à distância adequados.

**As regras acima descritas aplicam-se ainda, com as necessárias adaptações:**

- A procedimentos que corram termos em cartórios notariais e conservatórias;
- A procedimentos contraordenacionais, sancionatórios e disciplinares que corram termos em serviços da administração direta, indireta, regional e autárquica, e demais entidades

administrativas, designadamente entidades administrativas independentes, como o Banco de Portugal ou a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

- A prazos administrativos e tributários que corram a favor de particulares; os prazos tributários dizem respeito, somente, à apresentação de impugnação judicial, reclamação graciosa, recurso hierárquico ou outros procedimentos de idêntica natureza, bem como à prática de atos no âmbito dos mesmos procedimentos tributários.

#### **e) Este regime vigora até quando?**

A data de cessação deste regime será determinada por decreto-lei, no qual se declara o termo da situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento, no contexto da pandemia COVID-19.

### **2. Justo impedimento, justificação de faltas e adiamento de diligências**

A declaração emitida por autoridade de saúde a favor de sujeito processual, parte, seus representantes ou mandatários, que ateste a necessidade de um período de isolamento destes por eventual risco de contágio do COVID-19 considera-se, para todos os efeitos, fundamento para a alegação do justo impedimento à prática de atos processuais e procedimentais que devam ser praticados presencialmente.

#### **2.1. Questões práticas:**

##### **a) Quem beneficia?**

Sujeitos processuais, partes e seus representantes ou mandatários e outros intervenientes processuais ou procedimentais, ainda que meramente incidentais, como, por exemplo, testemunhas ou peritos.

##### **b) A que instalações se aplica?**

Aplica-se aos tribunais judiciais, tribunais administrativos e fiscais, tribunais arbitrais, Ministério Público, julgados de paz, entidades de resolução alternativa de litígios, cartórios notariais, conservatórias. Também se aplica aos serviços e entidades administrativas, no âmbito de procedimentos contraordenacionais e no âmbito de procedimentos, atos e diligências administrativos, regulados pelo Código do Procedimento Administrativo e demais legislação administrativa.

### **3. Encerramento de instalações e suspensão de atendimento presencial**

#### **3.1. Questões práticas:**

##### **a) Como podem encerrar instalações ou ser suspenso o respetivo atendimento presencial?**

Através de determinação da autoridade pública competente ou do Governo.

##### **b) O que acontece se forem encerradas instalações onde correm processos ou procedimentos?**

O prazo para a prática do ato processual ou procedimental fica suspenso desde o dia do encerramento.

**c) O que acontece se for suspenso o atendimento presencial nas instalações onde se pratiquem atos processuais ou procedimentais?**

O prazo para a prática do ato processual ou procedimental fica suspenso desde o dia da suspensão do atendimento.

**d) Quando termina a suspensão do prazo?**

Com declaração da autoridade pública de reabertura das instalações.

**e) Se encerrarem instalações localizadas no meu município, ou suspenderem o respetivo atendimento presencial, e eu tiver de praticar um ato processual ou procedimental noutro município, devo fazê-lo?**

Não, nesses casos, o regime de suspensão também é aplicável.

#### **4. Polícia Judiciária, PGR e Provedoria de Justiça**

- Durante o estado de emergência, permanecem em funcionamento, com atendimento presencial, os serviços da Polícia Judiciária.
- Durante o estado de emergência, a Procuradoria-Geral da República e a Provedoria de Justiça mantêm-se em sessão permanente.

#### **5. Recomendações gerais**

Fora deste regime excecional, aconselha-se que:

- As deslocações aos tribunais se limitem às pessoas que foram convocadas para diligências processuais, ou que tenham motivo absolutamente inadiável, e que não possam tratar pelo telefone ou informaticamente;
- Os cidadãos convocados para diligências processuais e que, nas duas semanas anteriores, tenham estado em zonas de risco da doença COVID-19 – quer no estrangeiro, quer dentro do país – devem informar previamente o tribunal por *e-mail* ou por telefone;
- O certificado do registo criminal seja obtido *online* e sem deslocação ao tribunal. As dúvidas podem ser esclarecidas consultando as perguntas frequentes que constam no site <https://registocriminal.justica.gov.pt> ou, telefonicamente, pelo número **217906200**.

#### **6. Instituto dos Registos e Notariado**

- Nas situações de restrições ao atendimento, são assegurados os seguintes serviços urgentes:
  - Levantamento do Cartão de Cidadão, urgente e provisório;
  - Levantamento do passaporte urgente;

- Celebração de casamentos, desde que previamente agendados e limitados à presença dos nubentes e das testemunhas;
- Pedido do registo de óbito, mediante agendamento.

## **7. Estabelecimentos Prisionais**

- São provisoriamente suspensas as visitas ao fim de semana, prevalecendo as visitas nos dias úteis;
- São suspensas as transferências de reclusos entre estabelecimentos prisionais;
- É suspenso o regime aberto para o exterior em zonas identificadas como de risco.

## **MAR**

---

### **1. Pesca e aquicultura**

#### **1.1. Medidas de apoio adotadas pelo Ministério do Mar:**

##### **i) Apoios financeiros ao setor:**

- O setor tem acesso à linha de crédito *Capitalizar 2018/Covid-19* para fazer face às necessidades de fundo de maneo e de tesouraria;
- Foi criada uma linha específica de desendividamento de 20 milhões de euros ao abrigo do regime “*de minimis*”;
- Aceleração do pagamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca prevendo-se o pagamento para breve de 347 candidaturas que envolvem pagamento aos pescadores de 197 mil euros;
- Foi solicitada à Comissão Europeia a aprovação de medidas extraordinárias para:
- Criação de linhas de crédito destinadas às empresas do setor da pesca;
- Concessão de apoios extraordinários por cessação da atividade da pesca, no quadro do FEAMP [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas];
- Reativação do prémio de armazenagem do pescado fresco, no quadro do FEAMP.

##### **ii) Programa Mar 2020**

De modo a agilizar a realização de pagamentos, foram adotadas as seguintes medidas excecionais:

- Sempre que, por motivos não imputáveis às empresas e demais entidades privadas beneficiárias do programa, não seja possível a validação do pedido de pagamento, no prazo de 20 dias úteis contados da data da respetiva submissão pelo beneficiário, o pedido é liquidado a título de adiantamento;

- Os pedidos de pagamento validados nos termos da alínea anterior são pagos até ao valor máximo de 70% do apoio público que lhe corresponda, com periodicidade semanal;
- Passa a ser possível aos beneficiários do programa submeter pedidos de pagamento com base em despesa faturada, mas ainda não paga pelo beneficiário, sendo esta considerada para pagamento a título de adiantamento, desde que a soma dos adiantamentos já realizados e não justificados com despesa submetida e validada não ultrapasse os 50% da despesa pública aprovada para cada projeto;
- São elegíveis para reembolso as despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19, previstas em projetos aprovados;
- Em complemento ao referido no ponto anterior, não são penalizados os projetos que, devido aos impactos negativos decorrentes do COVID-19, não atinjam o orçamento aprovado e a plena execução financeira prevista na concretização de ações ou metas, podendo ser encerrados como concluídos, desde que não ponham em causa o alcance dos objetivos para os quais a operação foi aprovada.
- Sempre que necessário, quando o prazo contratualmente definido para a conclusão do projeto tiver por referência o ano de 2020, esta data é objeto de alargamento, para 2021 e em prazo compatível com a finalização da sua execução físico-financeira.
- É autorizada a apresentação de um maior número de pedidos de pagamento, para além do limite estabelecido na medida de flexibilização já adotada em finais de 2019, que permite a submissão de até 10 pedidos de pagamento em cada projeto.

## **2.Segurança marítima**

### **2.1. Circulação de marítimos e profissionais associados**

- A DGRM [Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos] passa a poder emitir uma Declaração que justifique a circulação transfronteiriça dos tripulantes da sua residência para o local de embarque e vice-versa, bem como do armador ou titular da embarcação para local de venda do pescado, caso se revele necessário;
- São autorizados os pedidos de prorrogação dos períodos de permanência dos marítimos a bordo dos navios sempre que não existirem condições de ida a porto para se procederem às rendições de tripulação.

### **2.2.Náutica de Recreio**

- Na náutica de recreio foi suspensa a formação e os exames para a atribuição de cartas de navegador de recreio, permitindo-se a realização da formação remota;
- Para as cartas de navegador de recreio que caducarem neste período serão todas processadas pelos serviços eletrónicos de forma a não haver problemas para os navegadores de recreio;

- Caso o navegador de recreio esteja impossibilitado de proceder à renovação por via eletrónica, aplicar-se-á a possibilidade de as autoridades públicas aceitarem, para todos os efeitos legais, a exibição de documentos suscetíveis de renovação.

### **2.3.Certificados de navios e de marítimos**

- É privilegiada a possibilidade de prorrogação administrativa dos respetivos certificados, nos termos da lei e sem custos associados;
- Caso não seja possível a prorrogação administrativa, as autoridades públicas aceitam, para todos os efeitos legais, a exibição dos certificados dos navios e os certificados dos marítimos suscetíveis de renovação cujo prazo de validade expire a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março ou nos 15 dias imediatamente anteriores.
- As autoridades e administração marítima não podem impedir o exercício da atividade por parte dos operadores que detenham certificados expirados a partir 9 de março (ou nos 15 dias anteriores), assim como não podem levantar autos de contraordenação com esse fundamento.

### **2.4.Autorização genérica e automática para que os marítimos desempenhem funções de categoria superior**

Se estiver assegurada a tripulação mínima de segurança, garantida a existência de um mestre devidamente reconhecido nessa categoria e se já tiver sido concedida anteriormente pela DGRM, após análise específica da situação, a autorização pode ser automática para que os marítimos desempenhem funções de categoria superior.

### **2.5.Inspecção de navios e embarcações**

Para todos os navios e embarcações de comércio, pesca e recreio foram dispensadas as vistorias e inspeções estatutárias, sendo apenas realizadas as vistorias consideradas essenciais e em que esteja manifestamente em causa a salvaguarda da vida humana.

## **PODER LOCAL**

---

### **1.Linha de contacto e orientações**

- No sentido de apoiar as autarquias, que estão na primeira linha do contacto com as populações e serviços afetados pela situação atual, foi criado um contacto dedicado ao esclarecimento de dúvidas, bem como à divulgação de orientações e de informações úteis sobre os procedimentos a adotar e sobre a regulamentação aprovada na sequência da declaração do estado de emergência.
- A caixa de *e-mail* criada para este efeito é [covid19@dgal.gov.pt](mailto:covid19@dgal.gov.pt), pelo que qualquer dúvida que surja neste contexto deve ser encaminhada para este contacto, sem prejuízo do contacto direto sempre que necessário e útil.
- Este canal de contacto será operacionalizado pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e tem como objetivo agilizar a resposta às dúvidas e dificuldades dos municípios, permitindo apoiar a sua ação no terreno.

- Encontram-se disponíveis no Portal Autárquico orientações disponibilizadas pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGal), no âmbito do combate à pandemia de COVID-19: <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>

## **2. Reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais**

- Conforme disposto na **Lei n.º1-A/2020, de 19 de março**, as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020.

- A obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto nos artigos 49.º, 70.º e 89.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30 de junho de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável.

- Sem prejuízo do disposto, até dia 30 de junho de 2020, podem ser realizadas por videoconferência, ou outro meio digital, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, desde que haja condições técnicas para o efeito.

## **3. Aprovação de contas**

- As entidades previstas nos n.os 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º, sem prejuízo do disposto nos restantes números desse artigo.

- As entidades abrangidas pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, podem remeter as contas aprovadas ao Tribunal de Contas até 15 de julho de 2020.

---

## **SAÚDE**

---

### **1. Site para informação e atualização dos cidadãos**

Para informação oficial sobre o panorama atual da saúde, no âmbito do COVID-19, recomenda-se a consulta do *site* **covid19.min-saude.pt**, onde constam perguntas frequentes, bem como documentos que integram as figuras de comunicados, despachos, normas ou orientações.

### **2. Medidas relativas ao funcionamento do SNS:**

#### **2.1. Regime excecional em matéria de recursos humanos**

Contempla as seguintes medidas:

- (i) suspensão de limites de trabalho extraordinário;**
- (ii) simplificação da contratação de trabalhadores;**
- (iii) mobilidade de trabalhadores;**
- (iv) contratação de médicos aposentados sem sujeição aos limites de idade;**
- (v) Adiamento do gozo de férias durante o período necessário para assegurar a eficácia da resposta à evolução da propagação da doença por COVID-19:**

Os dirigentes e os trabalhadores dos órgãos, organismos, serviços e demais entidades do Ministério da Saúde, independentemente da natureza da sua relação jurídico-laboral, carreira, categoria e funções, ficam impedidos de gozar férias pelo período de tempo que se afigurar indispensável para garantir a eficácia da resposta dos serviços prestadores de cuidados de saúde à evolução da propagação da doença por novo coronavírus. O gozo do período de férias transitadas do ano anterior não fica condicionado ao limite de 30 de abril, legalmente previsto. **[Despacho n.º3300/2020, de 15 de março].**

**(vi) Determinação de condições de mobilização para o serviço e prontidão dos profissionais de saúde, face à parentalidade e dependentes a cargo:**

Caso o agregado familiar seja constituído por um profissional de saúde e um trabalhador de outro setor de atividade, a assistência a filho ou outros dependentes a cargo, menores de 12 anos, ou com deficiência ou doença crónica, é prestada por membro do agregado familiar, ou pessoa com quem viva, maior de idade, que não seja profissional de saúde. **[Despacho n.º 3301/2020, de 15 de março].**

**2.2.Outras considerações:**

- Existência de regime excecional para aquisição, por parte de órgãos, organismos, serviços e entidades do Ministério da Saúde e com a máxima celeridade, dos equipamentos, bens e serviços necessários à avaliação de casos suspeitos e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID-19;
- Existência de regime de prevenção para profissionais do setor da saúde diretamente envolvidos no diagnóstico e resposta laboratorial especializada;
- Suspensão de todos os Serviços de Verificação de Incapacidades nos Centros Distritais de Segurança Social, devido à necessidade de mobilização de todos os profissionais de saúde para a assistência no âmbito da Emergência de Saúde Pública relacionada com a epidemia de COVID-19, pelo período de 21 de março de 2020 até 18 de junho de 2020.
- Suspensão da atividade assistencial não urgente que, pela sua natureza ou prioridade clínica, não implique risco de vida para os utentes, limitação do seu prognóstico e/ou limitação de acesso a tratamentos periódicos ou de vigilância, designadamente no âmbito do acompanhamento da gravidez, exacerbação das doenças crónicas, vacinação, ou outros.

Simultaneamente, assegurar a prontidão, adequação e segurança dos seus recursos humanos e materiais em todas as linhas da atividade assistencial, para dar resposta à COVID-19.

### 1. Funcionamento dos serviços essenciais

#### 1.1. Questões práticas:

**a) Agora que foi decretado o estado de emergência pelo Presidente da República, os serviços públicos passam a estar encerrados?**

Os serviços públicos de atendimento presencial são mantidos, mas apenas através de pré-agendamento online. As Lojas de Cidadão serão encerradas, devido à necessidade de evitar maiores concentrações de pessoas. No entanto, sempre que as condições o permitam, ficam abertos os balcões dos serviços que funcionem em instalações autónomas e os Espaços Cidadão, bem como os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, sendo tomadas as devidas medidas de prevenção do contágio da doença Covid-19.

#### **b) Quais são os serviços públicos essenciais?**

Os serviços públicos essenciais continuam a desempenhar as suas funções sem qualquer alteração. Em causa estão os estabelecimentos de ensino que promovem o acolhimento dos filhos ou outros dependentes a cargo dos profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro (incluindo os bombeiros voluntários), e das forças armadas.

Além disso, foram ainda identificados os seguintes serviços públicos de seis áreas governativas:

#### **Ministério da Justiça:**

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Polícia Judiciária

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

Instituto dos Registos e Notariado, I.P.

#### **Ministério da Agricultura:**

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

#### **Ministério do Mar:**

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

#### **Ministério das Finanças:**

Autoridade Tributária e Aduaneira, incluindo os Serviços de Finanças e Alfândegas

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

## **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:**

Segurança Social

Autoridade para as Condições do Trabalho

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

## **Ministério da Educação**

Direção-Geral da Administração Escolar

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

### **c) Como posso fazer o pré-agendamento? E como posso saber quais os serviços com esta possibilidade?**

O pré-agendamento dos serviços públicos é feito através do site <https://eportugal.gov.pt/covid-19>.

Também foram criadas linhas próprias dos serviços e entidades públicos que podem ser usadas para agendar um atendimento presencial. O **Centro de Contacto Cidadão** pode ser acedido através do n.º **300 003 990** e o **Centro de Contacto Empresas** pode ser acedido através do n.º **300 003 980**, sendo que as chamadas são gratuitas.

### **d) No caso dos serviços públicos essenciais que se mantenham abertos, há limitações quanto ao atendimento?**

Sim. Devem ser adotadas as medidas que assegurem uma distância mínima de dois metros entre pessoas e uma permanência pelo tempo estritamente necessário à realização do serviço e/ou aquisição dos produtos.

### **e) O atendimento presencial de um serviço que esteja aberto ao público pode fechar? Em que circunstâncias?**

Sim, mesmo um serviço público que permaneça aberto poderá ter de encerrar por determinação da autoridade de saúde.

### **f) Como devo fazer os pagamentos nos serviços presenciais?**

Os pagamentos devem ser feitos preferencialmente por via eletrónica (multibanco, *MBway* ou outra).

### **g) O que devem fazer os dirigentes e responsáveis de cada serviço público com atendimento presencial que se mantenha aberto?**

Os responsáveis dos órgãos e serviços públicos devem afixar na entrada das respetivas instalações informação sobre os condicionalismos do atendimento presencial. A informação afixada deve conter contactos telefónico e de *e-mail* do serviço, caso existam, bem como os números dos Centros de Contacto Cidadão e Empresas.

Os serviços devem também prestar especial atenção ao atendimento telefónico e à resposta eletrónica dos contactos via *e-mail*, no sentido de informar os cidadãos e as empresas sobre o teor das medidas adotadas e de informar sobre as alternativas ao atendimento presencial.

Os serviços públicos devem ainda comunicar ativamente com os cidadãos para os informar sobre os serviços digitais disponíveis e promover a adesão à Chave Móvel Digital (CMD).

**h) O que devem fazer os dirigentes em relação aos trabalhadores de risco afetos ao atendimento presencial?**

No contexto do atendimento presencial, os dirigentes dos serviços devem identificar os trabalhadores de risco, em razão da idade ou das especiais condições de saúde de cada um e adaptar, dentro do possível, as respetivas condições de trabalho orientadas pelo Plano de Contingência vigente. Estes trabalhadores devem ser preferencialmente afetos a funções de *BackOffice* ou ser colocados em regime de teletrabalho.

**i) Os dirigentes dos serviços devem reportar a alguma entidade informação sobre os seus postos de atendimento ao público?**

Sim. Os serviços devem reportar diariamente informação sobre os pontos de atendimento abertos e encerrados à Agência para a Modernização Administrativa (AMA), recorrendo a um modelo de reporte que a AMA disponibiliza.

**2. Renovação de documentos que expiraram recentemente ou vão expirar**

· Conforme disposto no **Decreto-Lei n.º 10-A, de 13 de março** e conforme Declaração de **Retificação n.º 11-B/2020, de 16 de março**, as autoridades nacionais aceitam, até 30 de junho e para todos os efeitos legais, os documentos cujo prazo de validade expire a partir de 24 de fevereiro de 2020.

· Nos casos em que tal seja possível, pode recorrer-se à renovação *online*. Esta informação está disponível no site <https://eportugal.gov.pt/covid-19>.

· Entre os documentos caducados a partir de 24 de fevereiro, que serão aceites pelas autoridades até 30 de junho estão, por exemplo, o cartão de cidadão, a carta de condução, o registo criminal, bem como certidões, documentos e vistos relativos à permanência em território nacional. Todos os documentos suscetíveis de renovação e cujo prazo de validade expire a partir de 24 de fevereiro não terão de ser renovados agora, sendo aceites para todos os efeitos legais até 30 de junho.

### 1. Teletrabalho

· Enquanto vigorar o Estado de Emergência é obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam.

### 2. Isolamento profilático

#### 2.1. Questões práticas:

**a) Se um trabalhador se encontrar impedido temporariamente de exercer a atividade profissional, por determinação da Autoridade de Saúde, por perigo de contágio pelo COVID-19, tem direito a receber algum subsídio por parte da Segurança Social?**

Sim. Se tiver uma declaração de isolamento profilático emitida pela Autoridade de Saúde (Delegado de Saúde), o trabalhador tem direito ao pagamento de um subsídio correspondente a 100% da sua remuneração de referência, enquanto durar o isolamento, até 14 dias.

**b) Como é emitida a declaração da situação de isolamento profilático?**

A declaração é emitida pela Autoridade de Saúde (Delegado de Saúde) para cada trabalhador que deva ficar em isolamento profilático. O modelo está disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) e em [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt), e substitui o documento justificativo de ausência ao trabalho.

**c) Quem é a Autoridade de Saúde competente?**

A Autoridade de Saúde (também conhecido como Delegado de Saúde) é o médico, designado em comissão de serviço, a quem compete a decisão de intervenção do Estado na defesa da Saúde Pública (art.º 3.º do DL 82/2009, com a nova redação DL n.º135/2013, de 4/10).

**d) Como se desencadeia o processo para que uma pessoa tenha de ficar em isolamento profilático?**

O trabalhador deve entrar em contacto com a autoridade de saúde, sendo posteriormente o processo desencadeado por esta autoridade competente (com jurisdição na área de residência oficial da pessoa).

**e) Quem envia a declaração? E para onde?**

O trabalhador deve enviar a declaração de isolamento profilático emitida pela Autoridade de Saúde à sua entidade empregadora, e esta deve remetê-la à Segurança Social no prazo máximo de 5 dias.

**f) A declaração da Autoridade de Saúde é uma baixa médica?**

Não. A Declaração que atesta a necessidade de isolamento substitui o documento justificativo da ausência ao trabalho para efeitos de justificação de faltas e de atribuição do subsídio, durante o período máximo de 14 dias de isolamento profilático, bem como para eventual atribuição do subsídio por assistência a filho ou a neto, no caso de estes ficarem em isolamento profilático.

**g) Como se processa o pagamento do subsídio por isolamento profilático?**

Nas mesmas datas em que são efetuados os pagamentos do subsídio de doença, ou seja, o subsídio é pago a partir do primeiro dia de isolamento. A atribuição do subsídio por isolamento profilático não está sujeita a período de espera.

**h) Se for decretado isolamento profilático, mas existirem condições para trabalhar em regime de teletrabalho, ou recorrendo a ações de formação à distância, há direito ao subsídio equivalente ao subsídio de doença?**

Não. Se o trabalhador continua a prestar trabalho em regime de teletrabalho, continua a receber a sua remuneração habitual, paga na totalidade pela entidade empregadora.

**3. Subsídio de doença**

**3.1. Questões práticas:**

**a) Quem contrair a doença tem direito a receber algum subsídio por parte da Segurança Social?**

Sim. Se tiver um certificado de incapacidade temporária para o trabalho (a chamada “baixa médica”).

**b) Qual o valor do subsídio que se recebe no caso de contrair a doença?**

Duração da doença	Remuneração de referência
Até 30 dias	55%
De 31 a 90 dias	60%
De 91 a 365 dias	70%
Mais de 365 dias	75%

**c) Se o trabalhador estiver em isolamento profilático, mas contrair doença antes do prazo dos 14 dias de isolamento, passa a receber 55% da remuneração de referência?**

Sim. Sempre que se verificar que a pessoa ficou doente, e for emitido um certificado de incapacidade temporária este substitui a declaração de isolamento profilático e aplica-se a lei em vigor. Ou seja, o trabalhador deixa de receber o subsídio por isolamento profilático e passa a receber o subsídio de doença, nos termos definidos pela lei.

**4. Subsídios de assistência a filho e a neto**

**4.1. Questões práticas:**

**a) Se tiver de faltar ao trabalho para prestar assistência a filho ou a neto (seja em isolamento profilático, seja por doença), há direito a receber algum subsídio por parte da Segurança Social?**

Sim. Durante os dias em que não trabalhar para prestar assistência a filho ou a neto, o trabalhador tem direito a receber o respetivo subsídio, o qual deve ser requerido preferencialmente na Segurança Social Direta (SSD).

**b) Qual o valor do subsídio para assistência a filho e/ou neto?**

Até à entrada em vigor do Orçamento do Estado (OE) para 2020, o montante diário do subsídio por assistência a filho corresponde a 65% da remuneração de referência. Após entrada em vigor do OE 2020, o montante diário do subsídio para assistência a filho corresponderá a 100% da remuneração de referência, mantendo-se em 65% o valor do subsídio por assistência a neto.

**c) Como deve ser feito o requerimento para atribuição do subsídio para assistência a filho e do subsídio para assistência a neto?**

O requerimento deve ser efetuado preferencialmente na Segurança Social Direta, anexando cópia da declaração de isolamento profilático emitida pela Autoridade de Saúde.

**5. Direitos no contexto da suspensão das atividades letivas e não letivas**

Como já mencionado no setor **EDUCAÇÃO** do presente Manual, O Governo decretou, com início a 16 de março e reavaliação a 9 de abril de 2020, a suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e do ensino superior.

**5.1. Trabalhadores por conta de outrem**

**5.1.1. Questões práticas:**

**a) Tenho filho(s) menor(es) de 12 anos e vou ter de ficar em casa para o(s) acompanhar. As faltas ao trabalho são justificadas?**

Sim, as faltas são justificadas, desde que não coincidam com as férias escolares, conforme fixado nos anexos II e IV ao Despacho n.º 5754-A/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, 18 de junho.

**Nota:** Conforme já mencionado no setor **EDUCAÇÃO**, o **Decreto-Lei n.º 10-K/2020**, de 26 de março veio estabelecer um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Assim, consideram-se justificadas as faltas motivadas por assistência a filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, bem como a neto que viva com o trabalhador em comunhão de mesa e habitação e que seja filho de adolescente com idade inferior a 16 anos, nos períodos de interrupção letiva. Estas faltas não determinam a perda de direitos, salvo quanto à retribuição. Para prestar assistência nos termos supracitados, o trabalhador pode proceder à marcação de férias, sem necessidade de acordo com o empregador, mediante comunicação, por escrito com antecedência de dois dias relativamente ao início do período de férias.

**b) Os dias para assistência a filho durante o encerramento das escolas são contabilizados nos 30 dias disponíveis para assistência a filho?**

Não. As faltas ao trabalho durante o encerramento das escolas e equipamentos sociais de apoio não são consideradas nos termos do regime geral de faltas para assistência a filho previsto no artigo 49.º do Código do Trabalho e, como tal, não são contabilizadas para o limite máximo de 30 dias por ano para assistência a filho.

**c) Que tipo de apoio financeiro posso ter e quando?**

Tem direito a um apoio financeiro excecional correspondente a 2/3 da sua remuneração base, sendo a mesma suportada em partes iguais pela entidade empregadora e pela Segurança Social. Este apoio não é concedido aos trabalhadores que estejam a desempenhar a sua atividade profissional em regime de teletrabalho durante o encerramento das escolas e tem um limite mínimo de uma RMMG [Remuneração Mínima Mensal Garantida-635 eur] e máximo de três RMMG.

**d) Quem me vai pagar o apoio financeiro?**

Quem paga o apoio excecional ao trabalhador é a sua entidade empregadora. Como o apoio é suportado em partes iguais pela entidade empregadora e pela segurança social, a parcela respeitante à segurança social é entregue à entidade empregadora e é esta que paga a totalidade ao trabalhador.

**e) Como posso pedir o apoio financeiro?**

O trabalhador deve comunicar à entidade empregadora o motivo da ausência através de formulário próprio disponível no portal da Segurança Social. Depois, o apoio excecional é pedido pela entidade empregadora, que terá de atestar junto dos serviços da Segurança Social não haver condições para outras formas de prestação de trabalho, nomeadamente, o teletrabalho.

**f) O que deve fazer a Entidade Empregadora, para que o trabalhador receba este apoio financeiro?**

A entidade empregadora requer o apoio através de formulário *online* a disponibilizar na Segurança Social Direta.

**g) Sobre o valor do apoio são devidas contribuições e quotizações para a segurança social?**

Sim. O trabalhador paga a quotização normal de 11% sobre o valor total do apoio. A entidade empregadora suporta 50% da contribuição que lhe cabe pelo total do apoio.

**h) Se o meu filho ficar doente durante o período de encerramento das escolas, recebo alguma coisa?**

Sim, se durante o encerramento da escola decretado pelo Governo, a criança ficar doente suspende-se o pagamento da prestação excecional de apoio à família e aplica-se o regime geral de assistência a filho.

**i) O regime da assistência a filho, no âmbito do isolamento profilático, aplica-se no encerramento das escolas?**

Sim, se, durante o encerramento da escola decretado pelo Governo, a criança ficar em situação de isolamento profilático decretado pela autoridade de saúde, aplica-se o regime previsto para estes casos, suspendendo-se o pagamento da prestação excecional de apoio à família.

**j) As empresas podem recusar que um trabalhador preste teletrabalho, mesmo que seja uma função compatível com essa prestação à distância?**

Não, durante a vigência destas medidas, o teletrabalho pode ser determinado unilateralmente pelo empregador ou requerido pelo trabalhador, sem necessidade de acordo, desde que compatível com as funções exercidas.

**k) O meu cônjuge está em casa em teletrabalho. Posso beneficiar do apoio excecional à família durante o encerramento das escolas?**

Não. No caso de um dos progenitores estar em teletrabalho durante o encerramento das escolas o outro não pode beneficiar deste apoio excecional.

## **5.2.Trabalhadores independentes**

### **5.2.1. Questões práticas:**

**a) Sou trabalhador independente. Que tipo de apoio financeiro posso ter?**

Como trabalhador independente, pode ter um apoio financeiro excecional no valor de um terço da base de incidência contributiva mensualizada referente ao primeiro trimestre de 2020. Para um período de 30 dias, os limites são os seguintes:

- Mínimo – 438,81 euros (valor do Indexante de Apoios Sociais - IAS)

- Máximo – 1.097,03 euros (valor de 2,5 IAS)

Se o período de encerramento do estabelecimento de ensino for inferior a um mês, o apoio excecional é reduzido.

**b) Durante quanto tempo terei direito a este apoio?**

Durante o período em que for decretado o encerramento da escola, exceto se o mesmo coincidir com férias escolares, de acordo com o fixado nos anexos II e IV ao Despacho n.º 5754-A/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, 18 de junho.

**c) Como é requerido o apoio financeiro?**

O apoio é requerido pelo próprio trabalhador através da Segurança Social Direta, em formulário próprio.

**d) O regime da assistência a filho, no âmbito do isolamento profilático, aplica-se no encerramento das escolas?**

Sim. Se durante o encerramento da escola decretado pelo Governo a criança ficar em situação de isolamento decretado pela autoridade de saúde, aplica-se o regime previsto para estes casos, suspendendo-se o pagamento da prestação excecional de apoio à família, e aplica-se o regime geral de assistência a filho.

**e) Se o meu filho ficar doente durante o período de encerramento das escolas, recebo algum apoio?**

Sim. Se durante o encerramento da escola decretado pelo Governo, a criança ficar doente suspende-se o pagamento da prestação excecional de apoio à família e aplica-se o regime geral de assistência a filho.

**f) O meu cônjuge está em casa em teletrabalho. Posso beneficiar do apoio excecional à família durante o encerramento das escolas?**

Não. Em caso de um dos progenitores estar em teletrabalho o outro não pode beneficiar deste apoio excecional, mesmo que opte por ficar em casa.

## **6. Garantias para trabalhadores de serviços essenciais**

Em cada agrupamento de escolas está identificado um estabelecimento de ensino que promove o acolhimento dos filhos ou outros dependentes dos trabalhadores de serviços essenciais. São trabalhadores de serviços essenciais os profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, e das forças armadas, os trabalhadores dos serviços públicos essenciais, de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais, bem como outros serviços essenciais, cuja mobilização para o serviço ou prontidão obste a que prestem assistência aos mesmos, na sequência da suspensão prevista no artigo anterior.

A **Portaria n.º 82/2020, de 29 de março** alarga o elenco dos beneficiários deste acolhimento e define que este acolhimento pode ter também lugar durante os períodos da interrupção letiva.

### **Âmbito do acolhimento:**

- Profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, das Forças Armadas, e dos profissionais de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais;

- Profissionais de serviços essenciais, conforme definidos no anexo da Portaria;

- Profissionais dos serviços públicos com atendimento presencial identificados nos despachos a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março.

A portaria aplica-se, ainda, excecionalmente, aos filhos ou outros dependentes a cargo dos profissionais de outros serviços que venham a ser considerados indispensáveis quando, por se revelar necessário, lhes tenha sido determinada a prestação presencial de trabalho, sem prejuízo de os dirigentes máximos e superiores hierárquicos deverem optar, sempre que possível, por convocar para a prestação presencial de trabalho os profissionais que não tenham filhos ou dependentes a cargo.

## **7. Medidas de apoio aos trabalhadores independentes**

### **7.1. Questões práticas:**

#### **a) Quais as medidas de apoio em caso de redução da atividade económica do trabalhador Independente?**

- Apoio financeiro extraordinário à redução da atividade económica;
- Diferimento do pagamento de contribuições.

#### **b) Quais as condições para ter direito ao apoio extraordinário?**

- Estar abrangido exclusivamente pelo regime dos trabalhadores independentes;
- Não ser pensionista;
- Ter tido obrigação contributiva em pelo menos três meses consecutivos nos últimos 12 meses;
- Estar em situação comprovada de paragem total da sua atividade, ou da atividade do referido setor, em consequência do surto do COVID-19.

#### **c) Como comprovo a paragem total da atividade ou da atividade do referido setor?**

Comprova a paragem total da atividade mediante declaração sob compromisso de honra ou, no caso de Trabalhadores Independentes em regime de contabilidade organizada, do contabilista certificado.

#### **d) Qual o valor do apoio financeiro?**

O valor do apoio é o da remuneração registada como base de incidência contributiva, com o limite máximo de 438,81 euros (o equivalente ao valor do IAS).

#### **e) A partir de quando e durante quanto tempo tenho direito a este apoio financeiro?**

Tem direito ao apoio financeiro a partir do mês seguinte ao da apresentação do requerimento, pelo período de um mês, prorrogável mensalmente, até um máximo de seis meses.

#### **f) No período em que estiver a receber o apoio financeiro tenho de pagar as contribuições?**

As contribuições serão sempre devidas, mesmo quando estiver a receber o apoio financeiro. No entanto, pode pedir o adiamento das mesmas para depois da cessação do apoio.

#### **g) Quais as minhas obrigações enquanto se mantiver o apoio financeiro?**

Apresentar a declaração trimestral, no caso de estar sujeito a essa obrigação.

#### **h) Quando devo pagar essas contribuições?**

A partir do segundo mês posterior à cessação do apoio. Estes valores podem ser pagos através de acordo prestacional, num prazo máximo de 12 meses em prestações mensais e iguais.

## MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

---

### 1.Elaboração de Plano de Contingência

· O Município de Oliveira do Bairro, enquanto empregador público, sendo responsável por assegurar aos seus trabalhadores condições de segurança e de saúde de forma continuada e permanente, tendo em conta os princípios gerais de prevenção, conforme previsto no Regime Jurídico de Promoção de Segurança e Saúde no Trabalho – Lei 102/2009 de 10 de setembro, na sua atual redação e tendo ainda em conta as recomendações e obrigações no contexto da situação excecional epidemiológica, definiu um Plano de Contingência orientador da atuação a seguir numa situação de casos suspeitos.

**Nota: O plano está disponível, *online*, para consulta, no site da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro [<https://www.cm-olb.pt/p/covid19>]**

### 2.Atividades do município canceladas/adiadas

· Em comunicado datado de 12 de março de 2020, decidiu-se a adoção das seguintes medidas:

- *Suspensão/cancelamento (e em alguns casos adiamento) de todas as iniciativas/atividades/eventos públicos organizadas pela Autarquia ou nos quais esta seja parceira, até dia 3 de abril, nomeadamente:*

*a) No Parque Desportivo Municipal:*

*Suspensão de todas as atividades letivas desenvolvidas pelo Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, das aulas da Escola Municipal de Natação (beb s, crianças, jovens e adultos) e as atividades de Aquafit, Aquarelax, Aquativa, Hidrobike, Hidroginástica, Hidromix e Hidroterapia.*

*b) Na rede de Museus:*

- *12 e 13 “A Alegria do Rádio” – Radiol ndia – Museu do Rádio*
- *16 a 21 “A Paz em Verso” - Radiol ndia – Museu do Rádio*
- *16 a 21 “Poesia com Melodia” – Museu de Etnom sica da Bairrada*
- *23 a 25 “O Notas e a Magia do Museu” - Museu de Etnom sica da Bairrada*

*c) Na Biblioteca Municipal e Polos de Leitura*

- *Projeto “Ler Tem Muita Pinta”! | 14 de março - Polo de Leitura da Palhaça*
- *Lançamento do livro “Alentejo Sem Sombra” de José Guerreiro | 14 de março - Salão Nobre da CMOB*
- *1  Encontro Perturbações da Aprendizagem (Evoluir) | 14 de março - Biblioteca Municipal*

- *Poesia Sobre Rodas - Leitura de poemas pelos idosos do Centro Social de Oiã e pelos alunos do IPB | 16 a 21 de março - TOB*
- *Ainda me lembro - Leitura de poemas pelos idosos do Centro Social de Oiã e UNISOB | 16 a 21 de março - Pastelarias e cafés de Oiã e Oliveira do Bairro*
- *Projeto “Leitura Sénior” | 18 de março - Polo de Leitura de Bustos*
- *Poesia Musicada (Cancelado) | 19 de março - Biblioteca Municipal*
- *Projeto “Ler Tem Muita Pinta”! | 20 de março - Polo de Leitura do Troviscal*
- *Projeto “Ler Tem Muita Pinta”! | 20 de março - Biblioteca Municipal*
- *Projeto “Ler Tem Muita Pinta”! | 21 de março - Polo de Leitura de Oiã*
- *Projeto “Sentidos na Leitura” | 21 de março - Biblioteca Municipal*
- *Lançamento do livro “As pedras também amam” de Sandra Silva | 21 de março - Biblioteca Municipal*
- *Projeto “Ler Tem Muita Pinta”! - 28 de março | Polo de Leitura de Bustos*
- *Projeto “Nós e as Histórias” - 28 de março | Biblioteca Municipal*

#### *d) No Quartel das Artes*

- *Dia 13 – Pedro Teixeira da Mota QA - adiado para data a anunciar;*
- *Dia 14 – Modulatus Project QA - adiado para data a anunciar;*
- *Dia 18 – Mais Contigo Mais Contigo – adiado para data a anunciar;*
- *Dia 20 Palcorreando AEOB – Cancelado;*
- *Dia 21 Birds of Prey filme QA – Cancelado;*
- *Dia 22 Cigarra formiga QA- adiado para data a anunciar;*
- *Dia 25 Filme AEOB - Dia da Francofonia AEOB – Cancelado;*
- *Dia 27 97 min Shakespeare QA - adiado para data a anunciar;*
- *Dia 28 Escola de Dança de Mira – Cancelado*
- *Dia 29 Filme Infantil Bora lá QA – Cancelado*

#### *e) Outras:*

- *Dia 29 – Chá Dançante – Sede do Orfeão de Bustos*
- *Dia 13 – Plano Municipal Integração de Migrantes – Escola Secundária - World Café (adiado);*
- *Dias 18 e 25 – Encontros Interculturais – Juntas de Freguesia da Palhaça e da União*

- Encerramento do Mercado Municipal até dia 3 de abril;
- Cancelamento de todas as cedências de instalações municipais, nomeadamente auditórios e instalações desportivas até dia 3 de abril;
- Cancelamento das cedências de transportes coletivos no Município (p. ex. autocarros) até dia 3 de abril;
- Foram ainda dirigidas as seguintes recomendações:
  - Dirigir às juntas de freguesia, bem como às entidades parceiras do Município (Associação Humanitária de Bombeiros, IPSS's, Associações, etc.) recomendação no sentido de estas suspenderem todas as atividades e eventos que impliquem concentração de participantes;
  - Recomendar aos estabelecimentos de prestação de serviços coletivos o reforço das medidas de prevenção;
  - Recomendar à população em geral que se abstenha da frequência de quaisquer eventos que impliquem a concentração de pessoas, nomeadamente espetáculos, feiras e festas populares;
  - Apela-se, ainda, a todos os munícipes que adotem um comportamento sereno e responsável e sigam rigorosamente todas as recomendações e indicações da Direção-Geral de Saúde e demais autoridades de saúde.

### **3. Medidas Adicionais de carácter preventivo – COVID 19 – Município de Oliveira do Bairro**

- Por Despacho Conjunto n.º3 – Mandato 2017/2021 decidiu-se a adoção das seguintes medidas adicionais:
  - Ativar o Plano de Contingência | Doença por Covid-19 – Município de Oliveira do Bairro, aprovado através do Despacho Conjunto 1 – Mandato 2017/2021 de 09.03.2020;
  - Encerramento ao público dos edifícios do Parque Desportivo Municipal (Pavilhão, Estádio e Piscinas), Biblioteca Municipal e Polos de Leitura, Museus Municipais, Quartel das Artes, Sanitários Públicos e Serviço de Metrologia;
  - Encerramento dos Parques Infantis Municipais;
  - Limitação do acesso presencial aos Serviços de Atendimento ao Público nos Paços do Concelho, assegurando apenas os serviços essenciais e urgentes, apelando para que os contactos sejam efetuados, preferencialmente, por via telefónica e por e-mail;
  - Em cumprimento do n.º 4, do Art. 9.º e do n.º 1 do Art. 10.º do Decreto Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março, os estabelecimentos de ensino que acautelarão o serviço de prestação de apoios alimentares a alunos beneficiários do escalão A de Ação Social Escolar e o acolhimento aos

*alunos filhos ou outros dependentes a cargo de profissionais de saúde, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, e das forças armadas, os trabalhadores dos serviços públicos essenciais, de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais, bem como outros serviços essenciais, cuja mobilização para o serviço ou prontidão obste a que prestem assistência aos mesmos, na sequência da suspensão das atividades letivas e não letivas, são:*

- *Polo Escolar de Oliveira do Bairro (freguesia de Oliveira do Bairro);*
- *Polo Escolar de Bustos (para os alunos da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa);*
- *Polo Escolar de Oiã Nascente (freguesia de Oiã);*
- *Polo Escolar da Palhaça.*
- *O serviço de refeições será prestado em duas fases: para os alunos do Pré-escolar das 12h00 às 13h00 e para os alunos do 1º Ciclo das 13h00 às 14h00.*
- *Os encarregados de educação que pretendam beneficiar dos serviços previstos devem solicitá-lo, via email, através do endereço eletrónico educacao@cm-olb.pt, ou através do número telefónico 234 732 131.*
- *Em cumprimento das determinações das Autoridades de Saúde do ACeS Baixo-Vouga, datadas de 13 de março emitimos, ainda, as seguintes recomendações:*
- *As instituições com Centro de Dia para Idosos devem descontinuar esta atividade devendo os idosos permanecer no domicílio;*
- *As instituições religiosas devem limitar a frequência de cerimónias religiosas e cancelar as atividades de catequese;*
- *Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços deverão tomar medidas de acordo com as orientações das autoridades de saúde e com as medidas previstas no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março;*

#### **4. Criação de Programa de Apoio Social Excecional e Temporário**

- *Por Despacho Conjunto n.º 4 – Mandato 2017/2021 decidiu-se a:*
- *Criação de um programa de apoio social excecional e temporário, no âmbito das medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, para os grupos de risco (+65 anos, doentes crónicos, com deficiência, famílias monoparentais, que se encontrem em situação de isolamento e sem suporte familiar e social), que inclui as seguintes dimensões:*
- a) *Apoio psicológico;*
- b) *Apoio Jurídico;*
- c) *Apoio na recolha e entrega de compras e bens essenciais no supermercado, medicamentos e outros de primeira necessidade.*

- Este programa funcionará, a partir do dia 17 de março de 2020, de segunda a sexta, das 9h às 16h.

- De salientar que os pagamentos das compras são da exclusiva responsabilidade do beneficiário.

**Nota:**

Os contactos para solicitar estes apoios são os seguintes:

T: 234 732 131 (para apoio alimentar e medicação)

T: 234 732 187 (para apoios psicológico e jurídico)

E: [programaapoio.covid-19@cm-olb.pt](mailto:programaapoio.covid-19@cm-olb.pt)

### **5.Campanha de divulgação do Programa de Apoio Social Excecional e Temporário**

· O Município de Oliveira do Bairro, para facilitar a divulgação da criação do Programa de Apoio Social Excecional e Temporário procedeu à divulgação, em massa, de *flyers* com a explicação do programa: beneficiários e contactos. Estes *flyers* foram dirigidos à comunidade em geral, por via CTT. Em simultâneo, foram entregues pessoalmente às Juntas de Freguesias, para posterior distribuição pelos estabelecimentos que permanecem abertos, de forma a que a informação veiculada chegasse a todos os munícipes.

· Numa segunda fase, o Município de Oliveira do Bairro procedeu à distribuição dos mencionados *flyers* às extensões de saúde, GNR, IPSS's e farmácias.

### **6.Apelo à inscrição de voluntários**

· O Município de Oliveira do Bairro, no enquadramento da criação do Programa Social Excecional e Temporário, apelou à inscrição de voluntários no Banco Local de Voluntariado já existente;

· O programa conta, à data, com 39 voluntários, sendo que 21 são pessoas da comunidade (Oliveira do Bairro, Águeda e Vagos) e 18 são colaboradores do Município de Oliveira do Bairro;

· Os serviços oferecidos pelos voluntários são, na grande maioria, o apoio na recolha e entrega de bens de primeira necessidade, ainda que tenham surgido também ofertas ao nível jurídico, psicológico, do exercício físico, da parentalidade consciente e desenvolvimento pessoal;

· Tem sido articulado, essencialmente com dois voluntários, o desenvolvimento de dois programas: «Exercício Físico – Combate ao Sedentarismo» e «Meditação/Mindfulness em IPSS».

### **7.Criação de materiais didáticos e divulgação de recomendações**

· Considerando que o isolamento contribui para conter a propagação do vírus e considerando que os que se encontram nesta situação contribuem decisivamente para manter a sua segurança e a dos outros, o Município de Oliveira do Bairro tem criado e divulgado materiais didáticos, destinados a quem está a experienciar uma situação de isolamento.

· O site da autarquia, em [www.cm-olb.pt](http://www.cm-olb.pt), apresenta um dossier sobre o COVID-19, onde poderá encontrar vídeos e documentos com algumas das respostas habituais a esta experiência e

recomendações que o/a podem ajudar a enfrentá-la. Para um acesso mais direto aos mencionados materiais e recomendações, sugerimos que aceda ao *link*:

[www.cm-olb.pt/p/covid19\\_isolamento](http://www.cm-olb.pt/p/covid19_isolamento)

## **8. Encerramento de cemitérios**

· Por Despacho de 22 de março, foi determinado, e passamos a citar, o seguinte:

*(...) o encerramento do Cemitério Municipal de Oliveira do Bairro, sitos na Zona Desportiva de Oliveira do Bairro [Cemitério Novo] e na Rua Manuel Simões Barata [Cemitério Velho], ambos na cidade de Oliveira do Bairro, no período em que vigorar o Estado de Emergência, declarado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, através do Decreto n.º 14-A/2020, de 18 de março (incluindo eventuais prorrogações, consoante a evolução da situação do COVID-19 assim o imponha) e que o mesmo apenas seja aberto para efeito de realização de funerais.*

· Mais se determinou, nos termos e ao abrigo do n.º 2, do artigo 17.º, do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-D/2020, de 20 de março, a fixação de um limite máximo de 10 pessoas em cada funeral, para além dos responsáveis pela execução das exéquias fúnebres, que deverão manter a distância de segurança mínima de 2 metros entre si.

## **9. Declaração de situação de Alerta Municipal e ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil**

· Por Despacho n.º 274 – Mandato 2017/2021, de 25 de março, face à evolução da situação e na sequência de todas as ações já implementadas pelo Município, foram tomadas as seguintes determinações:

- Declarar a situação de alerta de âmbito municipal;
- Criar o Grupo de Crise COVID-19, com vários responsáveis da autarquia e de entidades de saúde, segurança, proteção civil e associações;
- Ativar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Oliveira do Bairro.
- A declaração da situação de alerta de âmbito municipal, em todo o território do Município de Oliveira do Bairro, vigora até ao dia 09 de abril, podendo ser prorrogada em função da evolução negativa da situação epidemiológica.

## **10. Criação do Grupo de Crise COVID-19**

· Como mencionado no ponto anterior, foi criado Grupo de Crise COVID-19, com a seguinte composição:

- a) Presidente da Câmara Municipal;
- b) Vereadora do Pelouro da Saúde;

- c) Dirigente da Saúde;
- d) Dirigente da ação social;
- e) Dirigente da Proteção Civil;
- f) Dirigente do Jurídico;
- g) Chefe de Gabinete do Presidente;
- h) Representante da ARS Centro;
- i) Representante da Unidade de Saúde Familiar;
- j) Representante das Juntas de Freguesia;
- k) Representante das IPSS's;
- l) Representante da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro;
- m) Representante da Guarda Nacional Republicana

· As medidas preventivas a adotar adequadas ao acontecimento que originou a situação de alerta municipal, além das já devidamente tomadas, serão propostas pelo Grupo de Crise e aprovadas pelo Presidente da Câmara.

#### **11. Aquisição de testes de deteção da COVID-19**

· O Município avançou para a aquisição de 1.000 testes de deteção da COVID-19, para despiste da infeção nos lares de idosos das IPSS do concelho.

#### **12. Entrega de material nas IPSS's**

· O Município de Oliveira do Bairro avançou para a distribuição e entrega de material de proteção nas IPSS's do Concelho com resposta de ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) e SAD (Serviço de Apoio Domiciliário). Dentro do equipamento de proteção, destacamos a entrega de viseiras, máscaras, fatos, luvas e gel desinfetante.

#### **13. Campanha de sensibilização para criação de Bolsa de Disponíveis**

· Atendendo à publicação da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, mencionada já anteriormente no setor **INSTITUIÇÕES, RESPOSTAS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL**, que cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, o Município de Oliveira do Bairro vai realizar uma campanha para, por um lado, promover a sensibilização junto dos munícipes que pretendam integrar-se nestas medidas excecionais e, por outro, esclarecer eventuais dúvidas relativas à adesão destas medidas, junto do Gabinete de Inserção Profissional.

#### 14. Fundo de Emergência Social Municipal

· O Município de Oliveira do Bairro encontra-se a reunir esforços para criar um Fundo Municipal de Emergência Social, que visa dar resposta às situações de maior vulnerabilidade social de indivíduos e/ou famílias, assim como de apoio às IPSS's.

#### 15. Atividades/Serviços Desenvolvidos pela Biblioteca

As atividades/serviços desenvolvidos pela Biblioteca, durante este período, são:

- **"Nós e as Histórias"** - A Biblioteca Municipal de Oliveira do Bairro vai ao encontro dos seus leitores, promovendo o livro e a leitura, especialmente junto dos mais novos. Numa altura em que passamos mais tempo com as nossas crianças, novos livros e novas histórias são necessárias para estimular a sua imaginação e ajudar a passar o tempo. Foi por estas razões que decidimos levar até si, através das plataformas digitais, convidando as famílias a fazer e a ler "as suas [nossas] Histórias. "Nós e as histórias" é um projeto dirigido a todos os que gostam de contar e ouvir histórias, pais, avós e crianças do concelho de Oliveira do Bairro, que pretende promover encontros e motivar e envolver a comunidade à volta do livro e da leitura.

- **"Hora do Conto"** - A Biblioteca Municipal de Oliveira do Bairro vai ao encontro dos seus leitores, promovendo o livro e a leitura, especialmente junto dos mais novos, com a "Hora do Conto". A Hora do Conta é inteiramente feita pela equipa da Biblioteca e consiste na leitura de histórias para os mais novos, divulgadas posteriormente, através das plataformas digitais.

- **#FiqueEmCasa... com a sua Biblioteca!** - Trata-se de um novo serviço de empréstimo domiciliário, que permite, aos nossos munícipes, receber livros na sua própria casa. Com esta iniciativa de proximidade, pretendemos contribuir para ajudar a cumprir o isolamento social, ficando mais perto e incentivando a leitura.

Apesar da distância, continuamos ao seu lado, para que nunca lhe falte a companhia de um bom livro.

Como funciona o serviço?

1. Aceda ao catálogo *online* através do portal da Biblioteca Municipal (<http://bm.cm-olb.pt>) a partir do qual o utilizador pode escolher o documento que pretende requisitar (limite máximo de três itens por utilizador).
2. Reservar *online* ou enviar e-mail para a Biblioteca Municipal ([bmolb@cm.olb.pt](mailto:bmolb@cm.olb.pt)) a informar do livro ou livros pretendidos, do número de leitor, contacto e morada onde deseja que seja feita a entrega.
3. Os serviços da Biblioteca entrarão em contacto para confirmar a morada e combinar a hora, data e local da entrega dos itens requisitados.

O serviço aplica-se apenas ao Concelho de Oliveira do Bairro.

## ANEXOS

### LEGISLAÇÃO COVID 19, PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÔNICO, POR ÁREA TEMÁTICA

#### DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

---

**DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 14-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 55/2020, 3º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-18**

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 15-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 55/2020, 3º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-18**

Autorização da declaração do estado de emergência

**DECRETO N.º 2-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 57/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-20**

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

**DESPACHO N.º 3545/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 57-A/2020, SÉRIE II DE 2020-03-21**

Determina a composição da Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência

**DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 17-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02**

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

**RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 22-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02**

Autorização da renovação do estado de emergência

**DECRETO N.º 2-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02**

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

**MEDIDAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, MITIGAÇÃO E TRATAMENTO DE INFECÇÃO  
EPIDEMIOLÓGICA POR COVID-19**

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-13**

Aprova um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

**DECRETO-LEI N.º 10-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-13**

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

No âmbito das medidas fiscais adotadas pelo governo, relativas à infeção epidemiológica por COVID-19, sugere-se a consulta do Despacho n.º 104/2020 - XXII, assinado pelo Secretário de Estado dos assuntos fiscais, António Mendonça Mendes.

**LEI N.º 1-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 56/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-19**

Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

**DESPACHO N.º 3659-D/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Determina que a Fundação Inatel disponibilize todas as unidades e equipamentos para o apoio que se revele necessário, de forma a conter os efeitos do Covid-19

**DESPACHO N.º 3659-E/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Determina a suspensão do procedimento eleitoral das eleições para os delegados municipais do conselho geral e para a direção da Casa do Douro, enquanto vigorar o estado de emergência

**DECRETO-LEI N.º 10-E/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Cria um regime excecional de autorização de despesa para resposta à pandemia da doença COVID-19 e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

**PORTARIA N.º 82/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 62-B/2020, SÉRIE I DE 2020-03-29**

Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

**DESPACHO N.º 3889/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 63/2020, SÉRIE II DE 2020-03-30**

Suspensão temporariamente até à publicação de novo despacho que determine o seu reinício da Campanha da Raiva devido ao COVID-19

**DESPACHO N.º 4024-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 65/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-01**

Determina que, até ao termo do período do estado de emergência, a taxa de gestão de resíduos, nos sistemas de gestão de resíduos urbanos, incide sobre a quantidade de resíduos destinados a operações de eliminação e valorização no período homólogo de 2019

---

**MEDIDAS DE APOIO À SUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA E DAS EMPRESAS**

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-23**

Alarga o diferimento de prestações vincendas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional ou no Portugal 2020 a todas as empresas, devido à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

**DESPACHO N.º 3651/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020 , SÉRIE II DE 2020-03-24**

Adota medidas extraordinárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, no âmbito do Programa Operacional Mar 2020

**DESPACHO NORMATIVO N.º 4/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 60/2020, SÉRIE II DE 2020-03-25**

Determina a criação de uma linha de apoio financeiro, destinada a fazer face às necessidades de tesouraria das microempresas turísticas cuja atividade se encontra fortemente afetada pelos efeitos económicos resultantes do surto da doença COVID-19

**PORTARIA N.º 81/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

**DECRETO-LEI N.º 10-F/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

**DECRETO-LEI N.º 10-G/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19

**DECRETO-LEI N.º 10-J/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

**DECRETO-LEI N.º 10-L/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Altera as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, de forma a permitir a antecipação dos pedidos de pagamento

**PORTARIA N.º 82-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 64/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-31**

Alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo no Domínio da Eficiência Energética, Segurança e Seletividade do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental

Pode aceder à versão consolidada dos diplomas alterados por esta Portaria, clicando em [Portaria n.º 61/2010](#), [Portaria n.º 57/2016](#), [Portaria n.º 50/2016](#) e [Portaria n.º 64/2016](#)

## **MEDIDAS DE APOIO E PROTEÇÃO A CIDADÃOS, TRABALHADORES E A EMPREGADORES**

---

### **PORTARIA N.º 71-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-A/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-15 REVOGADA**

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos de carácter extraordinário, temporário e transitório, destinados aos trabalhadores e empregadores afetados pelo surto do vírus COVID-19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial

A presente Portaria encontra-se revogada pelo [Decreto-Lei n.º 10-G/2020](#), mas os requerimentos solicitando apoios financeiros, entregues ao abrigo desta [Portaria n.º 71-A/2020](#), de 15 de março, antes da entrada em vigor do presente decreto-lei, mantêm a sua eficácia, sendo analisados à luz do presente decreto-lei.

### **DESPACHO N.º 2836-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 43/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-02**

Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19)

### **DESPACHO N.º 2875-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 44/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-03**

Adota medidas para acautelar a proteção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da sua atividade profissional por ordem da autoridade de saúde, devido a perigo de contágio pelo COVID-19

### **DESPACHO N.º 3103-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 48/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-09**

Operacionaliza os procedimentos previstos no Despacho n.º 2875-A/2020, no âmbito do contágio pelo COVID-19

**DESPACHO N.º 3485-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 56/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-19**

Determina a suspensão de ações de formação ou atividades previstas nos projetos enquadrados nas medidas ativas de emprego e reabilitação profissional devido ao encerramento de instalações por perigo de contágio pelo COVID-19

**DESPACHO N.º 3547/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 57-B/2020, SÉRIE II DE 2020-03-22**

Regulamenta a situação dos utentes dos parques de campismo e de caravanismo e das áreas de serviço de autocaravanas

**DESPACHO N.º 3547-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 57-B/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-22**

Regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar

**DECRETO-LEI N.º 10-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-23**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 relacionadas com o setor das comunicações eletrónicas

**DECRETO-LEI N.º 10-H/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

**DECRETO-LEI N.º 10-I/2020 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados

**DECRETO-LEI N.º 10-K/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 61/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-26**

Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

---

**MEDIDAS QUE COMPORTAM RESTRIÇÕES A ATIVIDADES ECONÓMICAS**

---

**DESPACHO N.º 3298-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-13**

Declaração de situação de alerta em todo o território nacional

**DESPACHO N.º 3299/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-A/2020, SÉRIE II DE 2020-03-14**

Determina o encerramento dos bares todos os dias às 21 horas

**DESPACHO N.º 3301-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Medidas excecionais e temporárias relativas à suspensão do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais como forma de combate à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19

**DESPACHO N.º 3301-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Determina a adoção de medidas adicionais de natureza excecional para fazer face à prevenção e contenção da pandemia COVID-19

**PORTARIA N.º 71/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-A/2020, SÉRIE I DE 2020-03-15**

Restrições no acesso e na afetação dos espaços nos estabelecimentos comerciais e nos de restauração ou de bebidas

**PORTARIA N.º 80-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 60/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-25**

Regula o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos

## **MEDIDAS RELATIVAS ÀS RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTES**

---

### **DESPACHO N.º 3186-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 49/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-10**

Suspensão de voos das zonas de Itália mais afetadas - Emilia-Romagna, Piemonte, Lombardia e Veneto

### **DESPACHO N.º 3186-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 49/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-10**

Suspensão de voos de Itália

### **DESPACHO N.º 3298-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-13**

Determina a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

### **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 53/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-16**

Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

### **DESPACHO N.º 3372-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 54/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-17**

Reconhece a necessidade da declaração da situação de calamidade no município de Ovar

### **DESPACHO N.º 3427-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 55/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-18**

Interdita o tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 56/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-19**

Declara a situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da situação epidemiológica da Covid-19

**DECRETO-LEI N.º 10-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-23**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 no âmbito das inspeções técnicas periódicas

**DESPACHO N.º 3659-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Determina procedimentos de controlo de fronteira por parte do SEF

**DESPACHO N.º 3659-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália

**DESPACHO N.º 3863-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 62/2020, 3º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-27**

Determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do COVID 19

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 66/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-02**

Resolução do Conselho de Ministros que prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19

**DESPACHO N.º 3186-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 49/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-10**

Cria, na dependência da diretora-geral da Saúde, enquanto autoridade de saúde nacional, a Linha de Apoio ao Médico (LAM), sediada na Direção-Geral da Saúde

**DESPACHO N.º 3219/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 50/2020, SÉRIE II DE 2020-03-11**

Aquisição imediata, por todas as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, dos medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, para reforço dos respetivos stocks em 20 %

**DESPACHO N.º 3300/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Medida de caráter excecional e temporário de restrição do gozo de férias durante o período de tempo necessário para garantir a prontidão do SNS no combate à propagação de doença do novo coronavírus

**DESPACHO N.º 3301/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Regras em matéria de articulação entre a assistência à família e a disponibilidade para a prestação de cuidados, como forma de garantir a continuidade da resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

**DESPACHO N.º 3301-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Determina a suspensão de toda e qualquer atividade de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia, com exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis

**DESPACHO N.º 3301-E/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Delega nos dirigentes máximos, órgãos de direção ou órgãos de administração, dos órgãos, organismos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial do Ministério da Saúde, a competência para autorizar a contratação de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego a termo, pelo período de quatro meses, tendo em vista o reforço de

recursos humanos necessário à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia COVID-19

**DESPACHO N.º 3427-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 55/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-18**

Suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19

**DESPACHO N.º 3871/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 63/2020, SÉRIE II DE 2020-03-30**

Determina que o Instituto da Segurança Social e as ARS ficam autorizados a celebrar os contratos-programa, para o ano de 2020, previstos no anexo ao presente despacho, e a assumir os compromissos respetivos, com vista a aumentar a capacidade de respostas da RNCCI

**PORTARIA N.º 82-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 63/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-30**

Primeira alteração à Portaria n.º 207-A/2017, de 11 de julho

**DESPACHO N.º 4024-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 65/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-01**

Adota medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, de resposta à epidemia SARS-CoV-2 no âmbito da atividade de transporte de doentes.

---

**MEDIDAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

---

**DESPACHO N.º 3301-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 52-B/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-15**

Adota medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, ao nível dos serviços de atendimento aos cidadãos e empresas, incluindo os serviços consulares fora do território nacional, no âmbito do combate ao surto do vírus COVID-19

**DESPACHO N.º 3372-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 54/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-17**

Adapta às especificidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros o regime de isolamento profilático dos funcionários ou trabalhadores em funções nos serviços periféricos externos, bem como aos estagiários do PEPAC-MNE

**DESPACHO N.º 3614-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Regula, nos termos do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, o funcionamento das máquinas de vending, e o exercício das atividades de vendedores itinerantes e de aluguer de veículos de mercadorias e de passageiros

**DESPACHO N.º 3614-B/2020 -DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Autoridade Tributária, incluindo os Serviços de Finanças e Alfândegas, e da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E

**DESPACHO N.º 3614-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, da Polícia Judiciária, do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., e do Instituto dos Registos e Notariado, I. P., durante o estado de emergência

**DESPACHO N.º 3614-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, em execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

**DESPACHO N.º 3614-E/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral da Administração Escolar e do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., durante o estado de emergência

**DESPACHO N.º 3614-F/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), durante o estado de emergência

**DESPACHO N.º 3614-G/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 58/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-23**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos durante o estado de emergência

**DESPACHO N.º 3659-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 59/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-24**

Determina os termos do funcionamento dos serviços presenciais da Segurança Social, da Autoridade para as Condições do Trabalho, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P

**DESPACHO N.º 3686-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 60/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-03-25**

Determina que durante o estado de emergência permanecem em funcionamento, com atendimento presencial, mediante marcação, os serviços dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

**PORTARIA N.º 82-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 64/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-31**

Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições

---

**REQUISIÇÃO CIVIL**

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 54/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-17**

Reconhece a necessidade de se proceder à requisição civil dos trabalhadores portuários em situação de greve até ao dia 30 de março de 2020

**PORTARIA N.º 73-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 54/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-03-17**

Procede à requisição civil de trabalhadores da estiva e portuários

---

**MEDIDAS APROVADAS PELAS REGIÕES AUTÓNOMAS**

---

**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**DESPACHO N.º 331/2020 - JORNAL OFICIAL DOS AÇORES, 2.ª SÉRIE DE 2020-03-05**

Ato do Jornal Oficial dos Açores

Fixa o prazo de cinco dias úteis para os empregadores públicos elaborarem um plano de contingência para o Coronavírus (COVID-19), alinhado com as orientações emanadas pela Direção Regional da Saúde (DRS)

**DESPACHO N.º 385/2020 - JORNAL OFICIAL DOS AÇORES, 2.ª SÉRIE DE 2020-03-13**

Ato do Jornal Oficial dos Açores

Declara situação de alerta em todo o território da Região Autónoma do Açores, até ao dia 31 de março de 2020, inclusive, tendo em consideração a situação de emergência de saúde pública, de âmbito internacional, relativa ao surto da doença COVID-19, classificado, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

**DESPACHO N.º 100/2020 - JORNAL OFICIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2.ª SÉRIE DE 2020-03-13**

Declara a Situação de Alerta em todo o território da Região Autónoma da Madeira

**DESPACHO N.º 101/2020 - JORNAL OFICIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, 2.ª SÉRIE DE 2020-03-14**

Adita novas medidas às constantes do Despacho n.º 100/2020, de 13 de março que declarou a situação de Alerta em todo o território da Região Autónoma da Madeira

## RENOVAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NACIONAL

### 1. Renovação do Estado de Emergência

- Por **Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril**, foi renovada a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
- A mencionada renovação abrange, uma vez mais, todo o território nacional.
- A renovação do estado de emergência tem a duração de **15 dias**, iniciando-se às 0:00 horas do dia 3 de abril de 2020 e cessando às 23:59 horas do dia 17 de abril de 2020, sem prejuízo de eventuais novas renovações, nos termos da lei.

### 2. Regulamentação da Prorrogação do Estado de Emergência

- Por **Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril**, foi regulamentada a prorrogação do estado de emergência decretada pelo Presidente da República.
- O mencionado decreto não prejudica as medidas já adotadas, no âmbito do estado de alerta ou do estado de calamidade declarado para o concelho de Ovar, bem como as destinadas a prevenir, conter, mitigar ou tratar a infeção epidemiológica por SARS-Cov-2 e a doença COVID-19, bem como as destinadas à reposição da normalidade em sequência das mesmas.

### 3. Medidas excecionais:

- Entre as principais medidas excecionais que regulamentam a aplicação da renovação do Estado de Emergência, destacamos as seguintes:

#### 3.1. Confinamento obrigatório

- Relativamente ao confinamento obrigatório, foi reforçado que ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde, no respetivo domicílio ou noutra local definido pelas autoridades de saúde:
- Os doentes com COVID-19 e os infetados com SARS-Cov2;
- Os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado a vigilância ativa.
- A violação da obrigação de confinamento, nos casos mencionados, constitui crime de desobediência.

### 3.2. Dever especial de proteção

- Ficam sujeitos a um dever especial de proteção:
  - Os maiores de 70 anos;
  - Os imunodeprimidos e os portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde devam ser considerados de risco, designadamente os hipertensos, os diabéticos, os doentes cardiovasculares, os portadores de doença respiratória crónica e os doentes oncológicos. Salvo em situação de baixa médica estes cidadãos podem, ainda, circular para o exercício da atividade profissional.
- Os cidadãos abrangidos pelo supra mencionado **Dever especial de proteção**, só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:
  - Aquisição de bens e serviços;
  - Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde;
  - Deslocação a estações e postos de correio, agências bancárias e agências de corretores de seguros ou seguradoras;
  - Deslocações de curta duração para efeitos de atividade física, sendo proibido o exercício de atividade física coletiva;
  - Deslocações de curta duração para efeitos de passeio dos animais de companhia;
  - Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.
- As mencionadas restrições previstas não se aplicam, no exercício de funções:
  - Aos profissionais de saúde e outros trabalhadores de instituições de saúde e de apoio social, bem como agentes de proteção civil;
  - Às forças e serviços de segurança, militares e pessoal civil das Forças Armadas e inspetores da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;
  - Aos titulares de cargos políticos, magistrados e líderes dos parceiros sociais.

### 3.3. Dever geral de recolhimento domiciliário

- Aos restantes cidadãos não abrangidos pelo confinamento obrigatório ou pelo dever especial de proteção, é disposto que só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos:
  - Aquisição de bens e serviços;
  - Deslocação para efeitos de desempenho de atividades profissionais ou equiparadas;

- Procura de trabalho ou resposta a uma oferta de trabalho;
- Deslocações por motivos de saúde, designadamente para efeitos de obtenção de cuidados de saúde e transporte de pessoas a quem devam ser administrados tais cuidados ou dádiva de sangue;
- Deslocações para acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica ou tráfico de seres humanos, bem como de crianças e jovens em risco, por aplicação de medida decretada por autoridade judicial ou Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em casa de acolhimento residencial ou familiar;
- Deslocações para assistência de pessoas vulneráveis, pessoas com deficiência, filhos, progenitores, idosos ou dependentes;
- Deslocações para acompanhamento de menores:
  - i) Em deslocações de curta duração, para efeitos de fruição de momentos ao ar livre;
  - ii) Para frequência dos estabelecimentos escolares e creches, ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual;
- Deslocações de curta duração para efeitos de atividade física, sendo proibido o exercício de atividade física coletiva;
- Deslocações para participação em ações de voluntariado social;
- Deslocações por outras razões familiares imperativas, designadamente o cumprimento de partilha de responsabilidades parentais, conforme determinada por acordo entre os titulares das mesmas ou pelo tribunal competente;
- Deslocações para visitas, quando autorizadas, ou entrega de bens essenciais a pessoas incapacitadas ou privadas de liberdade de circulação;
- Participação em atos processuais junto das entidades judiciais;
- Deslocação a estações e postos de correio, agências bancárias e agências de corretores de seguros ou seguradoras;
- Deslocações de curta duração para efeitos de passeio dos animais de companhia e para alimentação de animais;
- Deslocações de médicos-veterinários, de detentores de animais para assistência médico-veterinária, de cuidadores de colónias reconhecidas pelos municípios, de voluntários de associações zófilas com animais a cargo que necessitem de se deslocar aos abrigos de animais e serviços veterinários municipais para recolha e assistência de animais;
- Deslocações por parte de pessoas portadoras de livre-trânsito, emitido nos termos legais, no exercício das respetivas funções ou por causa delas;

- Deslocações por parte de pessoal das missões diplomáticas, consulares e das organizações internacionais localizadas em Portugal, desde que relacionadas com o desempenho de funções oficiais;
- Deslocações necessárias ao exercício da liberdade de imprensa;
- Retorno ao domicílio pessoal;
- Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.
- Para os efeitos do mencionado decreto, a atividade dos atletas de alto rendimento e seus treinadores, bem como acompanhantes desportivos do desporto adaptado, é equiparada a atividade profissional.
- Os veículos particulares podem circular na via pública para realizar as atividades supracitadas ou para reabastecimento em postos de combustível.
- Em todas as deslocações efetuadas devem ser respeitadas as recomendações e ordens determinadas pelas autoridades de saúde e pelas forças e serviços de segurança, designadamente as respeitantes às distâncias a observar entre as pessoas.

#### **4. Encerramento de instalações e estabelecimentos**

São encerrados os seguintes estabelecimentos e atividades:

**[Anexo I do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril]**

##### ***Atividades recreativas, de lazer e diversão:***

*Discotecas, bares e salões de dança ou de festa;*

*Circos;*

*Parques de diversões e parques recreativos para crianças e similares;*

*Parques aquáticos e jardins zoológicos, sem prejuízo do acesso dos trabalhadores para efeitos de cuidado dos animais;*

*Quaisquer locais destinados a práticas desportivas de lazer;*

*Outros locais ou instalações semelhantes às anteriores.*

##### ***Atividades culturais e artísticas:***

*Auditórios, cinemas, teatros e salas de concertos;*

*Museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos ou similares (centros interpretativos, grutas, etc.), nacionais, regionais e municipais, públicos ou privados, sem prejuízo do acesso dos trabalhadores para efeitos de conservação e segurança;*

*Bibliotecas e arquivos;*

*Praças, locais e instalações tauromáquicas;*

*Galerias de arte e salas de exposições;*

*Pavilhões de congressos, salas polivalentes, salas de conferências e pavilhões multiúso.*

***Atividades desportivas, salvo as destinadas à atividade dos praticantes desportivos profissionais e de alto rendimento, em contexto de treino:***

*Campos de futebol, rugby e similares;*

*Pavilhões ou recintos fechados;*

*Pavilhões de futsal, basquetebol, andebol, voleibol, hóquei em patins e similares;*

*Campos de tiro;*

*Courts de ténis, padel e similares;*

*Pistas de patinagem, hóquei no gelo e similares;*

*Piscinas;*

*Ringues de boxe, artes marciais e similares;*

*Circuitos permanentes de motos, automóveis e similares;*

*Velódromos;*

*Hipódromos e pistas similares;*

*Pavilhões polidesportivos;*

*Ginásios e academias;*

*Pistas de atletismo;*

*Estádios;*

*Campos de golfe.*

***Atividades em espaços abertos, espaços e vias públicas, ou espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas:***

*Pistas de ciclismo, motociclismo, automobilismo e rotas similares, salvo as destinadas à atividade dos praticantes desportivos profissionais e de alto rendimento, em contexto de treino;*

*Provas e exposições náuticas;*

*Provas e exposições aeronáuticas;*

*Desfiles e festas populares ou manifestações folclóricas ou outras de qualquer natureza.*

***Espaços de jogos e apostas:***

*Casinos;*

*Estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, como bingos ou similares;*

*Salões de jogos e salões recreativos.*

***Atividades de restauração:***

*Restaurantes e similares, cafetarias, casas de chá e afins, com as exceções do decreto;*

*Bares e afins;*

*Bares e restaurantes de hotel, com as exceções do decreto;*

*Esplanadas;*

*Máquinas de vending, com as exceções do decreto.*

***Termas e spas ou estabelecimentos afins.***

**5. Atividades e estabelecimentos que permanecem abertos**

Permanecem abertas, nos termos previstos no Decreto supramencionado, os seguintes estabelecimentos e atividades:

**[Anexo II do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril]**

*Minimercados, supermercados, hipermercados;*

*Frutarias, talhos, peixarias, padarias;*

*Mercados, nos casos de venda de produtos alimentares;*

*Produção e distribuição agroalimentar;*

*Lotas;*

*Restauração e bebidas, nos termos do decreto;*

*Confeção de refeições prontas a levar para casa, nos termos do decreto;*

*Serviços médicos ou outros serviços de saúde e apoio social;*

*Farmácias e locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica;*

*Estabelecimentos de produtos médicos e ortopédicos;*

*Oculistas;*

*Estabelecimentos de produtos cosméticos e de higiene;*

*Estabelecimentos de produtos naturais e dietéticos;*

*Serviços públicos essenciais e respetiva reparação e manutenção (água, energia elétrica, gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, comunicações eletrônicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais, serviços de recolha e tratamento de efluentes, serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos e de higiene urbana e serviço de transporte de passageiros);*

*Serviços habilitados para o fornecimento de água, a recolha e tratamento de águas residuais e ou de resíduos gerados no âmbito das atividades ou nos estabelecimentos referidos no presente anexo;*

*Papelarias e tabacarias (jornais, tabaco);*

*Jogos sociais;*

*Centros de atendimento médico-veterinário;*

*Estabelecimentos de venda de animais de companhia e de alimentos e rações;*

*Estabelecimentos de venda de flores, plantas, sementes e fertilizantes e produtos fitossanitários químicos e biológicos;*

*Estabelecimentos de lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles;*

*Drogarias;*

*Lojas de ferragens e estabelecimentos de venda de material de bricolage;*

*Postos de abastecimento de combustível e postos de carregamento de veículos elétricos;*

*Estabelecimentos de venda de combustíveis para uso doméstico;*

*Estabelecimentos de comércio, manutenção ou reparação de velocípedes, veículos automóveis e motociclos, tratores e máquinas agrícolas, navios e embarcações, bem como venda de peças e acessórios e serviços de reboque;*

*Estabelecimentos de venda e reparação de eletrodomésticos, equipamento informático e de comunicações e respetiva reparação;*

*Serviços bancários, financeiros e seguros;*

*Atividades funerárias e conexas;*

*Serviços de manutenção e reparações ao domicílio;*

*Serviços de segurança ou de vigilância ao domicílio;*

*Atividades de limpeza, desinfeção, desratização e similares;*

*Serviços de entrega ao domicílio;*

*Estabelecimentos turísticos, exceto parques de campismo, podendo aqueles prestar serviços de restauração e bebidas no próprio estabelecimento exclusivamente para os respectivos hóspedes;*

*Serviços que garantam alojamento estudantil;*

*Máquinas de vending, em empresas, estabelecimentos ou quaisquer instituições nos quais aquelas máquinas representem o único meio de acesso a produtos alimentares;*

*Atividade por vendedores itinerantes, nos termos previstos no decreto;*

*Atividade de aluguer de veículos de mercadorias sem condutor (rent-a-cargo);*

*Atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor (rent-a-car), nos termos previstos no decreto;*

*Atividades e estabelecimentos enunciados nos números anteriores, ainda que integrados em centros comerciais;*

*Prestação de serviços de execução ou beneficiação das Redes de Faixas de Gestão de Combustível.*

*Estabelecimentos de venda de material e equipamento de rega, assim como produtos relacionados com a vinificação, assim como material de acomodação de frutas e legumes;*

*Estabelecimentos de venda de produtos fitofarmacêuticos e biocidas;*

*Estabelecimentos de venda de medicamentos veterinários.*

## **6. Disposições relativas à suspensão de atividades no âmbito do comércio a retalho e no âmbito da prestação de serviços**

- São suspensas as atividades de comércio a retalho, com exceção daquelas que disponibilizem bens de primeira necessidade ou outros bens considerados essenciais na presente conjuntura, as quais se encontram elencadas no anexo II acima descrito.
- A suspensão não se aplica aos estabelecimentos de comércio por grosso nem aos estabelecimentos que pretendam manter a respetiva atividade exclusivamente para efeitos de entrega ao domicílio ou disponibilização dos bens à porta do estabelecimento ou ao postigo, estando neste caso interdito o acesso ao interior do estabelecimento pelo público.
- São suspensas as atividades de prestação de serviços em estabelecimentos abertos ao público, com exceção daquelas que prestem serviços de primeira necessidade ou outros serviços considerados essenciais na presente conjuntura, as quais se encontram elencadas no anexo II acima descrito.
- Os estabelecimentos de restauração e similares podem manter a respetiva atividade, se os seus titulares assim o decidirem, para efeitos exclusivos de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, diretamente ou através de intermediário.
- Os estabelecimentos de restauração e similares ficam dispensados de licença para confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio e podem determinar aos

seus trabalhadores a participação nas respetivas atividades, ainda que as mesmas não integrassem o objeto dos respetivos contratos de trabalho.

- A suspensão não se aplica a serviços de restauração praticados:
- Em cantinas ou refeitórios que se encontrem em regular funcionamento;
- Noutras unidades de restauração coletiva cujos serviços de restauração sejam praticados ao abrigo de um contrato de execução continuada.

## **7. Restrições e recomendações para os estabelecimentos que permanecem abertos**

- A regra de ocupação máxima indicativa de 0,04 pessoas por metro quadrado de área, prevista no artigo 1.º da Portaria n.º 71/2020, de 15 de março, é aplicável aos estabelecimentos de comércio por grosso e a quaisquer mercados e lotas autorizados a funcionar.
- No caso dos estabelecimentos de comércio a retalho ou de prestação de serviços que mantenham a respetiva atividade, devem ser observadas as seguintes regras de segurança e higiene:
- Nos estabelecimentos em espaço físico, devem ser adotadas as medidas que assegurem uma distância mínima de dois metros entre pessoas, uma permanência pelo tempo estritamente necessário à aquisição dos produtos e a proibição do consumo de produtos no seu interior, sem prejuízo do respeito pelas regras de acesso e afetação previstas na Portaria n.º 71/2020, de 15 de março;
- A prestação do serviço e o transporte de produtos devem ser efetuados mediante o respeito das necessárias regras de higiene e sanitárias definidas pela Direção-Geral da Saúde;
- Nos casos em que a atividade em causa implique um contacto intenso com objetos ou superfícies, como sucede com máquinas de *vending*, terminais de pagamento, dispensadores de senhas e bilhetes ou veículos alugados, os responsáveis pelo espaço ou os operadores económicos devem assegurar a desinfeção periódica de tais objetos ou superfícies, mediante a utilização de produtos adequados e eficazes no combate à propagação do vírus, exceto se ponderosas razões de segurança alimentar a tanto obstem.
- Os estabelecimentos de comércio a retalho ou de prestação de serviços que mantenham a respetiva atividade, nos termos do mencionado decreto, devem atender com prioridade as pessoas sujeitas a um dever especial de proteção, bem como profissionais de saúde, elementos das forças e serviços de segurança, de proteção e socorro, pessoal das forças armadas e de prestação de serviços de apoio social.
- Os responsáveis pelos estabelecimentos devem informar, de forma clara e visível, o direito de atendimento prioritário e adotar as medidas necessárias a que o mesmo seja efetuado de forma organizada e com respeito pelas regras de higiene e segurança.

## **8. Disposições relativas ao exercício de atividade funerária**

· As empresas que exerçam atividade funerária nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual, mantêm a sua atividade e realizam os serviços fúnebres dos mortos diagnosticados com COVID-19.

## **9. Disposições relativas a comércio eletrónico e serviços à distância ou através de plataforma eletrónica**

· Não se suspendem as atividades de comércio eletrónico, nem as atividades de prestação de serviços que sejam prestados à distância, sem contacto com o público, ou que desenvolvam a sua atividade através de plataforma eletrónica.

## **10. Disposições relativas a vendedores itinerantes**

· É permitido o exercício de atividade por vendedores itinerantes, para disponibilização de bens de primeira necessidade ou de outros bens considerados essenciais na presente conjuntura, nas localidades onde essa atividade seja necessária para garantir o acesso a bens essenciais pela população.

· A identificação das localidades onde a venda itinerante seja essencial para garantir o acesso a bens essenciais pela população é definida por decisão do município, após parecer favorável da autoridade de saúde de nível local territorialmente competente, sendo obrigatoriamente publicada no respetivo sítio na Internet.

## **11. Disposições relativas a aluguer de veículos de passageiros sem condutor**

· É permitido o exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor (*rent-a-car*), nas seguintes situações:

- Para as deslocações excecionalmente autorizadas ao abrigo do mencionado decreto, designadamente, as deslocações para aquisição de bens ou serviços essenciais, nomeadamente medicamentos, e as deslocações por motivos de saúde ou para assistência a outras pessoas;
- Para o exercício das atividades de comércio a retalho ou de prestação de serviços autorizadas ao abrigo do mencionado decreto ou em diploma posterior que autorize aquele exercício;
- Para prestação de assistência a condutores e veículos avariados, imobilizados ou sinistrados;
- Quando os veículos se destinem à prestação de serviços públicos essenciais ou sejam contratualizados ao abrigo do regime jurídico do parque de veículos do Estado, previsto no Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, na sua redação atual.

## **12. Efeitos sobre contratos de arrendamento e outras formas de exploração de imóveis**

· O encerramento de instalações e estabelecimentos ao abrigo do mencionado decreto não pode ser invocado como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contratos de arrendamento não habitacional ou de outras formas contratuais de exploração de imóveis, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis em que os mesmos se encontrem instalados.

### **13. Limitação à circulação no período da Páscoa**

· Os cidadãos não podem circular para fora do concelho de residência habitual no período compreendido entre as 00:00h do dia 9 de abril e as 24:00h do dia 13 de abril, salvo por motivos de saúde ou por outros motivos de urgência imperiosa. A restrição prevista não obsta à circulação entre as parcelas dos concelhos em que haja descontinuidade territorial.

· A restrição prevista não se aplica aos seguintes cidadãos, desde que no exercício de funções:

- Aos profissionais de saúde e outros trabalhadores de instituições de saúde e de apoio social, bem como agentes de proteção civil;

- Às forças e serviços de segurança, militares e pessoal civil das Forças Armadas e inspetores da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;

- Aos titulares de cargos políticos, magistrados e líderes dos parceiros sociais

· A restrição não se aplica ao desempenho das atividades profissionais permitidas no mencionado decreto;

· Quem desempenhe atividades profissionais admitidas, deve circular munido de uma declaração da entidade empregadora que ateste que se encontre no desempenho das respetivas atividades profissionais.

### **14. Proibição de circulação de voos comerciais de passageiros de e para aeroportos nacionais**

· No período anteriormente mencionado (00:00h do dia 9 de abril e as 24:00h do dia 13 de abril), não são permitidos os voos comerciais de passageiros de e para os aeroportos nacionais, sem prejuízo de aterragens de emergência, voos humanitários ou para efeitos de repatriamento.

### **15. Livre circulação de mercadorias**

· As restrições à circulação, incluindo nos municípios em que tenha sido determinada uma cerca sanitária, não prejudicam a livre circulação de mercadorias.

### **16. Teletrabalho**

- É obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam.

## **17. Disposições relativas aos Serviços Públicos**

- As lojas de cidadão são encerradas, mantendo-se o atendimento presencial mediante marcação, na rede de balcões dos diferentes serviços, bem como a prestação desses serviços através dos meios digitais e dos centros de contacto com os cidadãos e as empresas.
- Pode ser determinado o funcionamento de serviços públicos considerados essenciais, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do serviço em causa e pela área da Administração Pública.

## **18. Regime excecional de atividades de apoio social**

- Durante o estado de emergência, podem ser utilizados os equipamentos sociais que estejam aptos a entrar em funcionamento e dotados dos equipamentos necessários, nos termos do artigo 11.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua redação atual.
- Compete ao Instituto da Segurança Social, I. P.:
  - Fixar o número de vagas destes estabelecimentos de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral da Saúde ou em articulação com esta;
  - Realizar a gestão da ocupação destas vagas, privilegiando o acolhimento de pessoas com alta hospitalar e outras necessidades detetadas na comunidade.
- A autorização provisória de funcionamento cessa com o termo do estado de emergência decretado, após o qual deve ser retomado e concluído o procedimento de autorização de funcionamento, salvaguardando-se, nos termos legais e sempre que possível, a continuidade da atividade já iniciada.
- Durante o estado de emergência pode haver lugar a alteração transitória da utilização do espaço do edificado, relativamente ao atualmente estabelecido, quer nos estabelecimentos sociais referidos acima, quer nos que se encontram em funcionamento, licenciados e ou com acordo de cooperação.
- Em obediência das regras e orientações da Direção-Geral da Saúde, e para os efeitos do acima disposto, pode ainda ser redefinida a capacidade de cada estabelecimento.

## **19. Reforço dos meios e poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho**

- Durante a vigência do mencionado decreto, que renova o estado de emergência, e de forma a reforçar os direitos e garantias dos trabalhadores, sempre que inspetor do trabalho verifique a existência de indícios de um despedimento em violação dos artigos 381.º, 382.º, 383.º ou 384.º

do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual, lavra um auto e notifica o empregador para regularizar a situação.

- Com a notificação ao empregador e até à regularização da situação do trabalhador ou ao trânsito em julgado da decisão judicial, conforme os casos, o contrato de trabalho em causa não cessa, mantendo-se todos os direitos das partes, nomeadamente o direito à retribuição, bem como as inerentes obrigações perante o regime geral de segurança social.
- Durante a vigência do decreto são adotadas medidas excecionais para permitir o reforço de emergência em recursos humanos de forma a assegurar a capacidade de resposta da Autoridade para as Condições do Trabalho.

## **20. Requisição civil**

- Por decisão das autoridades de saúde ou das autoridades de proteção civil podem ser requisitados quaisquer bens ou serviços de pessoas coletivas de direito público ou privado, que se mostrem necessários ao combate à doença COVID-19, designadamente equipamentos de saúde, máscaras de proteção respiratória ou ventiladores, que estejam em *stock* ou que venham a ser produzidos a partir da entrada em vigor do presente decreto.

## **21. Licenças e autorizações | Regulamentos e atos de execução**

- No decurso da vigência do **Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril**, as licenças, autorizações ou outro tipo de atos administrativos, mantêm-se válidos independentemente do decurso do respetivo prazo.
- Os regulamentos e atos administrativos de execução do presente decreto são eficazes através de mera notificação ao destinatário, por via eletrónica ou outra, sendo dispensadas as demais formalidades aplicáveis. Entende-se por realizada a notificação aos destinatários através da publicação dos regulamentos ou atos no *site* das entidades competentes para a aprovação dos regulamentos ou a prática dos atos.

## **22. Fiscalização**

- Compete às forças e serviços de segurança e à polícia municipal fiscalizar o cumprimento do disposto no **Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril**, mediante:
  - A sensibilização da comunidade quanto ao dever geral de recolhimento;
  - O encerramento dos estabelecimentos e a cessação das atividades previstas no anexo I;
  - A emanção das ordens legítimas, nos termos do presente decreto, designadamente para recolhimento ao respetivo domicílio;

- A cominação e a participação por crime de desobediência, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 348.º do Código Penal, bem como do artigo 7.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, por violação das restrições e limitações impostas aos cidadãos pelo presente Decreto, nomeadamente quanto à limitação à circulação no período da Páscoa, quanto às restrições de encerramento de estabelecimentos, quanto à suspensão de serviços e quanto à violação do dever de confinamento obrigatório;
- O aconselhamento da não concentração de pessoas na via pública e a dispersão das concentrações superiores a cinco pessoas, salvo se pertencerem ao mesmo agregado familiar;
- A recomendação a todos os cidadãos do cumprimento do dever geral do recolhimento domiciliário, com as exceções previstas.
- Compete às juntas de freguesia, no quadro da garantia de cumprimento do disposto no presente decreto:
- O aconselhamento da não concentração de pessoas na via pública;
- A recomendação a todos os cidadãos do cumprimento do dever geral do recolhimento domiciliário;
- A sinalização junto das forças e serviços de segurança, bem como da polícia municipal, dos estabelecimentos a encerrar, para garantir a cessação das atividades previstas no anexo I ao presente decreto.
- Para emanção das ordens legítimas, nos termos do presente decreto, designadamente para recolhimento ao respetivo domicílio, as autoridades de saúde comunicam às forças e serviços de segurança do local de residência a aplicação das medidas de confinamento obrigatório.
- As forças e serviços de segurança reportam permanentemente ao membro do Governo responsável pela área da administração interna o grau de acatamento pela população, com vista a que o Governo possa avaliar a todo o tempo a situação, designadamente a necessidade de aprovação de um quadro sancionatório por violação do dever especial de proteção ou do dever geral de recolhimento domiciliário.
- As entidades do Ministério da Saúde comunicam ao membro do Governo responsável pela área da administração interna as orientações de carácter genérico das autoridades de saúde.
- A desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em violação do disposto no presente decreto, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho.

### **23. Dever geral de cooperação**

- Durante o período de vigência do estado de emergência os cidadãos e demais entidades têm o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança, proteção civil e saúde pública na pronta satisfação de

solicitações, que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas expostas no **Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril**.

#### **24. Entrada em vigor do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril**

- O presente decreto entra em vigor às 00h de 3 de abril de 2020.

---

### **PRORROGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE NO MUNICÍPIO DE OVAR**

- Por **Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril**, foram prorrogados os efeitos da declaração de situação de calamidade e a cerca sanitária no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19, **até 17 de abril de 2020**, sem prejuízo de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justifica.

Oliveira do Bairro, 3 de abril de 2020

## ADENDA Nº2

---

· Por **Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril**, foi renovada a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, em todo o território nacional, nos termos da informação que consta na **ADENDA Nº1** do presente **Manual de Apoio – Medidas e Orientações Nacionais e Municipais**.

· De forma a que todos os interessados possam satisfazer diretamente as suas dúvidas, junto das entidades oficiais, sobre as medidas excecionais que têm vindo a ser divulgadas, no contexto da atual pandemia COVID-19, aconselhamos a consulta dos **Contactos de Emergência**, presentes na plataforma <https://covid19estamoson.gov.pt/>, em <https://covid19estamoson.gov.pt/contacto/>, plataforma essa mencionada, desde logo, no Preâmbulo do presente manual.

· Aproveitamos a Adenda Nº2 para reiterar a importância da consulta atualizada das recomendações da Direção Geral de Saúde, que constam, como mencionado no setor **SAÚDE** do presente manual, no *microsite* <https://covid19.min-saude.pt/>, no separador «Documentos».

· Desde o dia 3 de abril de 2020 até à presente data, vários outros diplomas legais deram entrada no nosso ordenamento jurídico.

· Apresentamos, nas páginas seguintes, por ordem cronológica, os ditos diplomas legais, com o sumário dos mesmos, por ordem do mais recente ao mais antigo, conforme consta do *site* do Diário da República Eletrónico, no separador «Legislação COVID-19»:

### **DESPACHO N.º4328-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 70/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-08**

Substitui o Despacho n.º 4270-A/2020, de 7 de abril, que estabelece para o transporte aéreo os casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 2-B/2020

### **DESPACHO N.º4270-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-07**

Determina as medidas de carácter excecional e temporário de fornecimento de medicamentos dispensados por farmácia hospitalar em regime de ambulatório, a pedido do utente, através da dispensa em farmácia comunitária ou da entrega dos medicamentos no domicílio

### **DECRETO-LEI N.º14-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-07**

Estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19

**DECRETO-LEI N.º 14-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-07**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID-19, no âmbito dos sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

**DECRETO-LEI N.º 14-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-07**

Altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos

**DESPACHO N.º 4270-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-07**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

**DELIBERAÇÃO N.º 441-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-07**

Adoção de procedimento simplificado que permita a instalação de separadores entre o espaço do condutor e o dos passageiros para proteção dos riscos inerentes à transmissão do COVID-19

**DESPACHO N.º 4270-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-07**

Estabelece para o transporte aéreo os casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 2-B/2020

**PORTARIA N.º 89/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 69/2020, SÉRIE I DE 2020-04-07**

Adota medidas excecionais, decorrentes da epidemia COVID-19, relativas às formalidades aplicáveis à produção, armazenagem e comercialização, com isenção do imposto, de álcool destinado aos fins previstos no n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)

**PORTARIA N.º 88-E/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas e respetiva assistência financeira, regulamentados, a nível nacional, pela Portaria n.º 295-A/2018, de 2 de novembro, alterada pela Portaria n.º 306/2019, de 12 de setembro

**PORTARIA N.º 88-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito da ação 8.1, «Silvicultura

Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

**DECRETO-LEI N.º 12-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

**LEI N.º 4-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19

**LEI N.º 4-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à segunda alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março

**Lei N.º 4-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 3.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Procede à primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

**PORTARIA N.º 88-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-06**

Procede ao aumento, para o ano de 2020, da comparticipação financeira da segurança social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto na Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual

**DESPACHO N.º 4235-D/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-06**

Aplicação do artigo 6.º do Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril, aos ministros do culto

**DESPACHO N.º 4235-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-06**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

**DESPACHO N.º 4235-B/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-06**

Procede à nomeação das autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental

**DESPACHO N.º 4235-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 68/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-06**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

**DESPACHO N.º 4148-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67-A/2020, 1.º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-05**

Esclarece o âmbito de aplicação do ponto iv) da alínea b) do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril, relativamente às Empresas a que é permitido o funcionamento dos respetivos estabelecimentos industriais, no decurso da situação de calamidade no município de Ovar, sugere-se a consulta do Despacho n.º 4235-A/2020, de 6 de abril.

**DESPACHO N.º 4148/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67-A/2020, SÉRIE II DE 2020-04-05**

Regulamenta o exercício de comércio por grosso e a retalho de distribuição alimentar e determina a suspensão das atividades de comércio de velocípedes, veículos automóveis e motociclos, tratores e máquinas agrícolas, navios e embarcações

**DESPACHO N.º 4147/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67-A/2020, SÉRIE II DE 2020-04-05**

Delegação de competências do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital nos Secretários de Estado durante o período de vigência do estado de emergência e suas eventuais renovações. Relativamente aos atos praticados no uso da delegação de competências operada pelo Despacho n.º 4147/2020, de 5 de abril, sugere-se a consulta do Despacho n.º 4148/2020, de 5 de abril.

**PORTARIA N.º 86/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67-A/2020, SÉRIE I DE 2020-04-04**

Estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID 19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

**DESPACHO N.º 4146-C/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-03**

Determina-se que no período de tempo em que os elementos das forças e serviços de segurança fiquem em confinamento obrigatório em estabelecimento de saúde ou no respetivo domicílio, devido a perigo de contágio pelo SARS-CoV-2, não se verifica a perda de qualquer remuneração nem de tempo de serviço, em moldes idênticos ao período de férias

**DESPACHO N.º 4146-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67/2020, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2020-04-03**

Estabelece os serviços essenciais e as medidas necessárias para garantir as condições de normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços agrícolas e pecuários, e os essenciais à cadeia agroalimentar, no quadro das atribuições dos organismos e serviços do Ministério da Agricultura

**PORTARIA N.º 85-A/2020 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 67/2020, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2020-04-03**

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de carácter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações

**MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO**

· Acrescentamos ao elenco das medidas adotadas pelo Município de Oliveira do Bairro, mencionadas no setor com a epígrafe acima, o seguinte:

**16. Criação de Centro de Apoio Logístico e Unidade de Alojamento**

· O Município de Oliveira do Bairro está a preparar um Centro de Apoio Logístico e Unidade de Alojamento com 50 camas, que ficará localizado no Polo Escolar de Vila Verde. Esta unidade servirá, em caso de necessidade, para acolher os utentes dos lares de idosos do nosso Concelho, no âmbito da pandemia da COVID-19.

**17. Criação de programas a desenvolver nas IPSS do Concelho de Oliveira do Bairro**

· Tem sido articulado, essencialmente com dois voluntários, o desenvolvimento de dois programas: «Exercício Físico – Combate ao Sedentarismo» e “Meditação/Mindfulness em IPSS”.

**Descrição dos programas:**

▪ **Exercício físico – combate ao sedentarismo**

O programa consiste na realização de vídeos demonstrativos de exercícios físicos para combate ao sedentarismo que pode ocorrer face à situação que se verifica atualmente. Os exercícios, dirigidos à estimulação dos membros superiores e inferiores, são direcionados à população em geral e, em particular, à população idosa. Os vídeos serão divulgados no *site* e redes sociais do Município, tendo já sido disponibilizados às IPSS's do Concelho de Oliveira do Bairro.

- **Meditação/Mindfulness em IPSS**

Semanalmente, e em formato *online*, pretende-se oferecer uma sessão de meditação, com a duração de 15 a 20 minutos, aos colaboradores das IPSS e outra às pessoas idosas institucionalizadas.

### **18. Criação de *kit's Mindfulness***

Têm sido criados, semanalmente, *kit's* de *mindfulness* destinados às famílias. Este trabalho já está a ser divulgado no *site* do Município. No *dossiê* COVID-19, que disponibilizamos no *site* da autarquia, em [www.cm-olb.pt](http://www.cm-olb.pt), temos uma página com atividades para fazer em casa, em família, das quais destacamos o *Mindfulness*. Para aceder aos conteúdos, clique, por favor no seguinte *link*: [bit.ly/COVID19 Mindfulness](https://bit.ly/COVID19_Mindfulness).

### **19. Área Dedicada COVID-19 (ADC)**

Entrou em funcionamento, a 8 de abril de 2020, a Área Dedicada COVID-19 (ADC) no antigo edifício do Centro de Saúde de Oliveira do Bairro. A ADC receberá os casos suspeitos que forem encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde. O Município assumiu os trabalhos de preparação desse espaço, dando resposta a uma necessidade da Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro.

Oliveira do Bairro, 8 de abril de 2020

